

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
Programa de Pós-graduação Associado em Sociedade, Ambiente e Território

Ana Palloma Rocha Fernandes

Desenvolvimento na América Latina: um triunfo restrito ao discurso?

Montes Claros

Julho/2019

Ana Palloma Rocha Fernandes

Desenvolvimento na América Latina: um triunfo restrito ao discurso?

Versão final

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Associado em Sociedade, Ambiente e Território da Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Orientador: Prof. Dr. Fausto Makishi.

Montes Claros

Julho/ 2019

F363d
2019

Fernandes, Ana Palloma Rocha.

Desenvolvimento na América Latina: um triunfo restrito ao discurso? / Ana Palloma Rocha Fernandes. Montes Claros, 2019.

54 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Área de concentração em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal de Minas Gerais / Universidade Estadual de Montes Claros.

Orientador: Prof. Fausto Makishi.

Banca examinadora: Prof. Helder dos Anjos Augusto, Prof. João Paulo Cândia Veiga.

Inclui referências: f. 46-50.

1. Políticas públicas. 2. Estatística. 3. Desenvolvimento regional. I. Makishi, Fausto. II. Universidade Federal de Minas Gerais / Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título.

CDU: 32

Elaborada pela BIBLIOTECA Universitária do ICA/UFMG

Edélzia Cristina Sousa Versiani - CRB6 1349

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 17 dias do mês de julho de 2019, às 10:00 horas, sob a presidência do Professor Fausto Makishi, D. Sc. (Orientadora/ICA-UFMG), e com a participação das Professores Helder dos Anjos Augusto, D. Sc. (ICA-UFMG) e João Paulo Cândia Veiga, D. Sc. (IRI/FFLCH/USP), reuniu-se a banca para defesa de dissertação de **ANA PALLOMA ROCHA FERNANDES**, estudante do Curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, que apresentou a dissertação intitulada: " DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: UM TRIUNFO RESTRITO AO DISCURSO? "

A estudante foi considerada (aprovada/reprovada) APROVADA, com as seguintes recomendações:

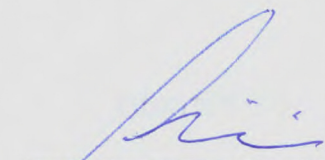
E, para constar, eu, Professor Fausto Makishi, presidente da banca, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Obs.1) A estudante somente receberá o título após cumprir as exigências do regulamento do Curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, conforme apresentado a seguir:

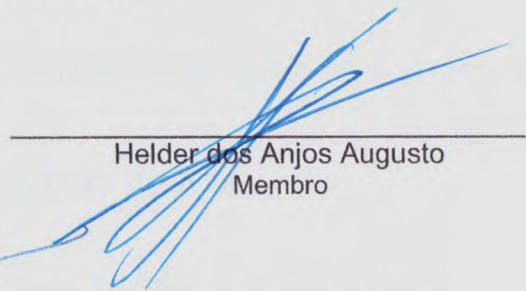
Art. 83 – Para dar andamento ao processo de efetivação do grau obtido, o candidato deverá, após a aprovação de sua Dissertação e a realização das modificações propostas pela banca examinadora, encaminhar à secretaria do colegiado do curso, com a anuência do orientador, 3 (três) exemplares da dissertação e 2 (dois) CD, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Obs.2) A estudante deverá apresentar junto com a versão final da dissertação, comprovante de submissão de um periódico com Qualis/Capes na área Planejamento Urbano e Regional/Demografia.

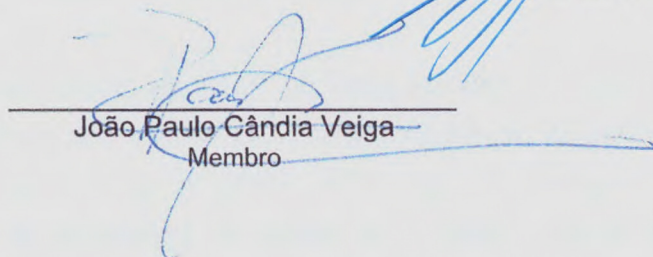
Montes Claros, 17 de julho de 2019.



Fausto Makishi
Orientador



Helder dos Anjos Augusto
Membro



João Paulo Cândia Veiga
Membro

Porque DEle e por Ele, e para Ele, são todas as coisas; glória, pois, a Ele eternamente.

AGRADECIMENTOS

À minha família, que construiu as bases para meu crescimento.

Ao Prof. Dr. Fausto Makishi pela orientação precisa e sempre amistosa.

Ao Prof. Dr. Marcelo Sili pelos preciosos ensinamentos e *muy buena onda*.

Aos membros da banca examinadora, pelo interesse e disponibilidade.

A Fernando González e Michel Alvarado pelas aulas de espanhol, incentivo e horas de discussão em torno do tema.

A Alejandra Cobo, Emmanuel Kroneberger, María Isabel Haag, Stella Visciarelli, Andres Meiller, Cecilia Martín, Matías Alamo, Gonzalo Iparraguirre, Mariano Pla, pelo tempo e atenção dispensados, durante meu estágio no *Centro de Estudios sobre la Acción y el Desarrollo Territorial - ADETER*.

À *Universidad Nacional del Sul, Universidad Nacional de Mar del Plata, Universidad Nacional de La Plata* pela maravilhosa oportunidade de aprofundamento nas problemáticas da América Latina.

À *Asociación de Universidades Grupo Montevideo* pelo fomento de novas ideias, durante a *XXVI Jornadas de Jóvenes Investigadores*.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais pela valorização e premiação do presente trabalho, durante o VIII Seminário de Iniciação Científica.

Ao corpo docente e discente do Mestrado Associado UFMG-Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território, bem como aos colegas da *Maestría en Procesos Locales de Innovación y Desarrollo Rural – PLIDER*, pelo bom convívio e boas discussões.

Por último externo minha gratidão às instituições que manteve vínculo empregatício durante todo o mestrado, pela possibilidade de compensar minhas ausências laborais, por intermédio de banco de horas.

“En América Latina, que tiene la mayor brecha entre ricos y pobres, las ganancias han ido principalmente a los ricos. Se compran demasiados teléfonos celulares y no suficiente arroz”
(KLIKSBURG, 1999, p. 21).

Resumo

A presente dissertação busca fomentar reflexões sobre as problemáticas envolvendo o planejamento e monitoramento do desenvolvimento, no contexto da América Latina. Para tanto, resgata-se a importância dos órgãos responsáveis pela gestão das estatísticas públicas nacionais; sendo dada ênfase ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e ao *Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina*. Posteriormente, apresenta, por intermédio de dados secundários, algumas reflexões sobre desenvolvimento social e crescimento no contexto investigado. Os resultados obtidos sugerem que o desenvolvimento demanda uma articulação entre setores e níveis do governo, muitas vezes com perspectivas e interesses distintos. Contrariamente, as informações reportadas pelos organismos estatísticos, podem desvestir-se da legitimidade necessária; principalmente, em função da inadequação às distintas construções conceituais presentes no espaço. Por outro lado, mesmo reconhecendo suas limitações, os indicadores existentes revelam que apesar de alguns progressos, as liberdades humanas não avançam em todas as frentes na América Latina. Alternativamente, a região encontra inúmeras dificuldades para exercer satisfatória e conjuntamente a articulação de políticas que viabilizem seu desenvolvimento.

Palavras-Chave: Políticas públicas; IDH; PIB *Per Capita*; estatística pública; desenvolvimento regional.

Abstract

This work aims to foster reflections on the problems surrounding development planning and monitoring in the Latin American context. To do so, the importance of the responsible organs for the organization of national public elections is rescued; the emphasis being given to the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística and the Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina. Subsequently, it presents, through secondary data, some reflections on social development and growth in the context under study. The obtained results suggest that the development demands an articulation between sectors and levels of government, often with different perspectives and interests. Conversely, the information reported by statistical agencies may be out of the necessary legitimacy; mainly, in the function of the inadequacy to different conceptual constructions present in space. On the other hand, even recognizing the limitations, the existing indicators reveal that despite some progress, human liberties do not go forward in all fronts in Latin America. Alternatively, the region has been facing lots of difficulties to exercise satisfactorily and together with the articulation of politics, which make its development feasible.

Key words: public politics; IDH; PIB per capita; public statistic; regional development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - IDH de países latino-americanos e caribenhos, 1990 a 2014.....	36
Quadro 2 - Teste de normalidade.....	37
Quadro 3 - Estatísticas descritivas.....	38
Quadro 4 - Teste de Correlação de Pearson.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Datas de Fundação dos principais Órgãos Estatísticos da América Latina.....	20
Tabela 2 - IBGE vs. INDEC.....	28

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Níveis analíticos da informação estatística.....	17
Figura 2 - ICEN desagregado por dimensões.....	25

SUMÁRIO

RESUMO.....	IV
PALAVRAS-CHAVE: POLÍTICAS PÚBLICAS; IDH; PIB <i>PER CAPITA</i> ; ESTATÍSTICA PÚBLICA; DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	IV
ABSTRACT.....	V
LISTA DE QUADROS.....	VI
LISTA DE TABELAS.....	VII
LISTA DE FIGURAS.....	VIII
SUMÁRIO.....	IX
APRESENTAÇÃO.....	10
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	11
POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS E SEUS IMPACTOS NOS ÓRGÃOS ESTATÍSTICOS: ENSAIO INTRODUTÓRIO.....	12
RESUMO.....	13
1 UM 'BIRD BOX' NA GESTÃO PÚBLICA.....	13
2 ASPECTOS CONSTRUTIVOS E METODOLÓGICOS DO TRABALHO.....	14
3 ESTATÍSTICAS PÚBLICAS E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO.....	16
4 PRODUÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS NO BRASIL E NA ARGENTINA.....	20
4.1 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.....	21
4.2 Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina – INDEC.....	23
4.3 Capacidade Estatística Nacional.....	24
5 IMPLICAÇÕES GERENCIAIS.....	28
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
DESAFIOS À CONSTRUÇÃO DE UM ÍNDICE LATINO-AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	31
RESUMO.....	32
1 INTRODUÇÃO.....	32
2 METODOLOGIA E LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	33
2.1 Fonte de informação e base de dados.....	34
2.2 Caracterização da amostra e análise dos dados.....	34
3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	35
3.1 Estatística descritiva e teste de normalidade: O quê o conjunto de IDHs dos países da América Latina e Caribe nos mostram.....	35
3.2 Relação PIB <i>per capita</i> e IDH: ‘juntos até certo ponto’.....	38
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO.....	43
REFERÊNCIAS.....	44
ANEXOS.....	49

APRESENTAÇÃO

As políticas de desenvolvimento regional demandam a criação e disponibilização de indicadores capazes de mensurar impactos com maior precisão; principalmente, aqueles oriundos das ações estatais, meio empresarial e outros setores da sociedade. Ao longo das últimas décadas, estendeu-se na literatura um longo debate sobre as diferentes formas de analisar o desenvolvimento de uma sociedade; particularmente, as discussões perpassam consagrados indicadores de crescimento econômico, como o Produto Interno Bruto, até avaliações alternativas, como o Índice de Felicidade e o Índice de Progresso Social.

Ao mesmo tempo, na era da informação e da economia do conhecimento, verifica-se a consolidação das análises quantitativas como ferramentas de tomada de decisão. Todavia o uso de indicadores não está restrito as esferas governamentais e científicas; basta observar as mídias digitais, os jornais e as revistas repletos de termos como “IDH”, “PIB” e “Renda *per capita*”.

Por trás destes números esconde-se um vigoroso trabalho de construção metodológica, realização de pesquisa, análise e disponibilização de resultados. Sobre eles, repousa, a possibilidade de estabelecer ações mais efetivas a essa e as próximas gerações. É sobre esses aspectos que se debruça a presente dissertação, construída ao longo do trabalho de mestrado em Sociedade, Ambiente e Território, viabilizado pela associação da Universidade Federal de Minas Gerais com a Universidade Estadual de Montes Claros.

Sendo assim, em seu caráter pragmático, o presente trabalho representa o resultado do esforço em estudar as políticas de geração e disponibilização de informações estatísticas; bem como os desafios à construção de indicadores de desenvolvimento comuns à região da América Latina.

A esse respeito, algumas questões servem de inspiração para o presente estudo de mestrado: Quais desafios permeiam a aferição do desenvolvimento na América Latina? Mesmo reconhecendo suas limitações, o que os indicadores existentes revelam sobre a região?

Em consonância a este objetivo maior de investigação, dois objetivos específicos são colocados:

- Discutir a importância, a aplicação, a realização e, principalmente, a disponibilização das estáticas oficiais, contextualizando-as como instrumento de planejamento e gestão pública;

- Fomentar algumas reflexões sobre os desafios à construção de indicadores de desenvolvimento humano e crescimento, no contexto da América Latina.

Nas palavras de Toyoshima e Fernandes (2010; p.3):

Refletir sobre o desenvolvimento não é tarefa fácil, dado que requer o domínio de conhecimentos de áreas distintas, cada uma delas compreendendo diferentes abordagens teóricas. A própria conceituação do termo desenvolvimento depende da incorporação, ou não, de óticas distintas, como a econômica, a social, a ambiental e a institucional, entre outras.

Neste sentido, o trabalho em tela não tem a pretensão de apontar soluções definitivas para o longo debate travado na literatura, envolvendo a construção de indicadores de desenvolvimento e métricas para o bem-estar das populações. Espera-se apenas contribuir com a discussão e iluminar alguns pontos que sobressaem à análise desenvolvida ao longo desta empreitada (mestrado). Adicionalmente, soma-se ao trabalho de revisão de literatura e análise de dados, algumas experiências da discente de mestrado, em sua trajetória no Brasil e na Argentina, certos que este trabalho possa fomentar discussões e agendas de pesquisas futuras sobre o tema.

Estrutura da dissertação

O trabalho que segue está estruturado de acordo com normas estabelecidas pelo colegiado do curso de Mestrado Associado UFMG/Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território. Ou seja, além dessa seção introdutória são apresentados dois artigos; bem como algumas considerações finais no desfecho do trabalho.

O primeiro artigo trata dos impactos das mudanças ideológicas, na administração pública, sobre a autonomia dos organismos estatísticos oficiais. O trabalho faz uma revisão crítica na literatura que trata do assunto; oportunamente, discute a problemática relacionada à operacionalização de indicadores de desenvolvimento na região, com ênfase para o Brasil e a Argentina.

O segundo artigo analisa os dados agregados disponíveis e procura contextualizar, parcialmente, a trajetória de desenvolvimento na América Latina, a partir do Índice de Desenvolvimento Humano e do Produto Interno Bruto. Algumas reflexões sobre a utilização desses dois indicadores para o desenho e monitoramento de políticas públicas são abordadas; pertinentemente, a relação entre eles revela alguns aspectos interessantes a estas políticas.

ARTIGO I

POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS E SEUS IMPACTOS NOS ÓRGÃOS ESTATÍSTICOS: ENSAIO INTRODUTÓRIO¹

¹ Trabalho a ser submetido integralmente ou em parte para a REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO em setembro de 2019, após revisão e formatação.

POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS E SEUS IMPACTOS NOS ÓRGÃOS ESTATÍSTICOS: ENSAIO INTRODUTÓRIO

RESUMO

Este trabalho busca compreender a influência das políticas governamentais na capacidade dos organismos reitores de estatísticas públicas. Para tanto, foram realizadas visitas a fontes que abordam a problematização no Brasil e na Argentina; formalmente foram empregadas técnicas de documentação direta e indireta, com apreciação de documentos institucionais. Particularmente, ao destacar a atuação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do *Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina*, os resultados evidenciados sugerem que certas mudanças de paradigmas podem afetar a qualidade das informações reportadas; sendo este entendimento compartilhado por distintos trabalhos, resgatados ao longo do artigo.

Palavras-chave: Capacidades Estatísticas; Estatística Pública; Administração Pública; Monitoramento; Planejamento regional.

1 UM 'BIRD BOX' NA GESTÃO PÚBLICA

Baseado no livro de Josh Malerman (2014), o filme dirigido por Susanne Bier mostra personagens vivendo em cenário pós-apocalíptico onde a estratégia de sobrevivência consiste, dentre outras coisas, em ter os olhos cobertos por vendas o tempo todo. Como pano de fundo e referência direta a metáfora que dá nome a produção literária e cinematográfica, explora-se o aparente dilema entre segurança e liberdade. Longe da ficção, o bom senso nos diz que é imprudente dirigir, correr e fazer inúmeras outras coisas, dentre as quais a gestão pública, com os olhos vendados.

O monitoramento estatístico das informações sociais, econômicas, demográficas e políticas constitui um instrumento *sine qua non* à formulação de políticas públicas; bem como ao planejamento e ao controle, além de subsidiar estudos socioeconômicos e acadêmicos em diversos níveis. Conjuntamente, tais iniciativas corroboram para construção de um Estado democrático e exercício da cidadania coletiva.

As agências estatísticas do governo, órgãos de recenseamento, departamentos de

estatística e instituições semelhantes, assumem um papel importante na operacionalização, produção e sistematização das estatísticas oficiais. Estas instituições carregam em sua genética os valores científicos e tecnológicos característicos aos centros de pesquisa que as constituem e buscam retratar de forma mais precisa possível a realidade de um país. Todavia, estão sujeitas ao mesmo tempo às restrições e interesses do serviço público administrativo (SCHWARTZMAN, 1996). Desta natureza, emergem certos conflitos, explorados ao longo deste artigo.

Em outras palavras, a questão que inspira o presente trabalho pode ser entendida como: Quais os impactos das mudanças ideológicas na administração pública sobre a autonomia dos organismos estatísticos oficiais? Até que ponto, ignorar o patrimônio metodológico coletivo, construído ao longo de décadas, pode refletir em um “Bird Box” na gestão pública? A discussão volta-se especialmente ao contexto da América Latina, com destaque para o Brasil e para a Argentina.

Os estudos antecedentes a este trabalho insinuam relevante heterogeneidade na capacidade estatística da região (GEDDES, 1990; EVANS, 1992; BOYLAN, 1998; GRAHAM *et al.* 1999; KURTZ, 2013; BERSCH, PRACA, TAYLOR, 2014; SAYLOR, 2014; DARGENT, 2014; SOIFER, 2015). No entanto, a literatura aponta para um número bastante restrito de trabalhos que exploram a influência do Estado na capacidade estatística dos países (SCHWARTZMAN, 1996; DARGENT *et al.*, 2018).

Diante do exposto, o presente artigo procura destacar a importância da estatística oficial, como instrumento de planejamento e gestão pública, e as possíveis implicações decorrentes de mudanças ideológicas na política-administrativa dos países.

2 ASPECTOS CONSTRUTIVOS E METODOLÓGICOS DO TRABALHO

A partir da delimitação inicial, foram usados distintos caminhos para levantar inferências sobre o problema de pesquisa. Formalmente, este trabalho se beneficia da multiplicidade de procedimentos técnicos e abordagens, permitidos nas pesquisas qualitativas em ciências sociais (GOLDENBERG, 2004).

Neste sentido, figuram entre as fontes do estudo alguns trechos de entrevistas, obtidas durante o estágio acadêmico no *Centro de Estudios sobre la Acción y el Desarrollo Territorial*

– *ADETER*². Todavia as reproduções trazidas aqui servem apenas para ilustrar e reforçar o debate em tela; ou seja, a discussão tem como base outras fontes, como a análise de documentos e revisão de literatura.

Inicialmente foram realizadas diversas visitas à biblioteca eletrônica SciELO, ao Portal de Periódicos da Capes, bem como ao Google Acadêmico, a fim de identificar trabalhos relacionados a temática em estudo. Formalmente a busca priorizou publicações posteriores a 2010, reportadas por periódicos científicos de alto fator de impacto na *Journal Citation Reports* 2019.

A pesquisa nas fontes supracitadas foi realizada tendo como termos indexadores "desenvolvimento", "América Latina", "estatística pública", e seus correspondentes em espanhol, francês e inglês. As publicações foram pré-selecionadas pela referência aos termos de busca, acompanhada da leitura dos resumos disponíveis.

Posteriormente foram incluídas publicações em espanhol, francês, português e inglês que apresentaram compatibilidade com o objetivo da pesquisa; isto é, o critério de inclusão foi à abordagem da influência das políticas governamentais na capacidade dos organismos reitores de estatísticas públicas.

Em seguida, foram excluídos os trabalhos que não possuíam texto integral disponível em formato eletrônico e gratuito. Efetuou-se então uma pesquisa complementar nas referências dos artigos selecionados visando expandir o campo teórico a ser analisado, e incluíram-se publicações que atendiam aos critérios supramencionados.

Paralelamente, os sítios eletrônicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do *Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina*, também foram visitados para consulta de documentos e informações oficiais.

Particularmente o trabalho segue a corrente positivista, em seu contexto de significação filosófico mais amplo. Em outras palavras, buscou-se a compreensão dos fatos por intermédio da aplicação de procedimentos de análise e síntese, em uma perspectiva neutra e objetiva, conforme observam (DEMO, 1995; DOMINGUES, 1995; MINAYO, 1999; VILA NOVA, 1999; GOLDENBERG, 2004; SELL, 2009; TANUS, 2016).

Os esforços supracitados objetivam possibilitar o aprofundamento na discussão, não permitido pela análise quantitativa, por intermédio da reunião de um conjunto de informações, obtidas por distintas fontes.

² Salienta-se que a realização das entrevistas foi regulamentada pela Carta de Aceite da instituição anfitriã, anexada a esta dissertação.

3 ESTATÍSTICAS PÚBLICAS E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO

Estatística Pública constitui o conjunto de dados³ coletado, compilado e disponibilizado, regularmente, pelas agências ligadas ao planejamento governamental e às instituições públicas (KITSUSE & CICOUREL, 1963; JANNUZZI, 2001). Dito de outro modo, estatísticas são tecnologias políticas, que permitem trazer diferentes realidades aos responsáveis pelos processos de tomada de decisão (SENRA, 2006).

Particularmente “pessoas e coisas distantes são trazidas à presença dos decisores - às suas mesas - na forma de algumas tabelas e de alguns gráficos, quiçá, sempre que possível, na forma de mapas – cartogramas” (SENRA, 2006, p. 41). Entretanto, a utilização de variáveis quantitativas não se restringe ao campo da administração pública; pois estatísticas, indicadores e índices são amplamente utilizados nas universidades, empresas privadas e outras organizações da sociedade civil (JANNUZZI, 2001).

Cabe diferenciar estatísticas, indicadores e índices. Grosso modo, essas três grandezas distinguem-se pela capacidade de condensar informações para avaliar determinado fenômeno. Sob essa percepção, indicadores e índices são informações mais refinadas.

Os indicadores permitem resumir ou simplificar informações relevantes sobre determinado aspecto ou fenômeno a fim de torná-lo mais evidente (GALLOPIN, 1996). Neste sentido, um indicador possibilita agregar e quantificar informações sobre ocorrências complexas, possibilitando melhorias em seu processo de comunicação (VAN BELLEN, 2005). Logo, presume-se que tais possibilidades podem ser extremamente úteis aos propósitos acadêmicos; pois oportunizam uma ponte entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos observados (JANNUZZI, 2001).

Ao mesmo tempo os indicadores reportam inferências para os interesses programáticos (JANNUZZI, 2001), subsidiando o monitoramento e avaliação de políticas públicas (GUIMARÃES, MARTINO JANNUZZI, 2016; COBO, SABÓIA, 2016; DA CUNHA, 2018). Em outras palavras os indicadores permitem direcionar e monitorar as ações do Estado, com impacto esperado sobre a melhoria da distribuição da riqueza e bem-estar social (JANNUZZI, 2001).

Ao desenvolverem-se indicadores específicos, com base em variáveis desagregadas e muitas vezes primárias, se ganha em precisão (FRASER, 2006; VEIGA *et al.*, 2015); mas tem-

³ Sociais, demográficos e econômicos.

se a desvantagem dos altos custos de operacionalização. Pois a obtenção de dados primários demanda a mensuração do fenômeno em seu estado “bruto” (HAMMOND *et al.*, 1995).

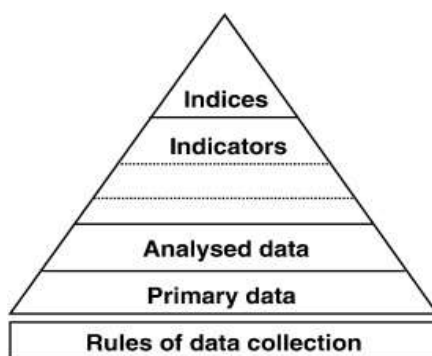
Nesta perspectiva a literatura evidencia distintos esforços de conversão de conceitos abstratos em variáveis passíveis de investigação, a fim de submeterem-se hipóteses científicas à verificação empírica (LAZARFELD, 1958; BOULANGER, 2004). Todavia, embora os dados primários abarquem um conjunto muito grande de variáveis e informações, apresentam significativas limitações em orientar os aspectos mais importantes dos fenômenos observados (HAMMOND *et al.*, 1995).

Paralelamente, os indicadores também podem ser obtidos por intermédio da abordagem mais descendente, *top-down*; ou seja, através da segmentação de dados agregados do nível nacional ou regional para o nível local, a partir de bases secundárias ou informações estatísticas (FRASER, 2006).

Entretanto, independente da rota adotada para sua construção, os indicadores facultam a aferição de resultados sob múltiplos enfoques e abordagens, em detrimento de simplificações de caráter temporal (JANNUZZI, 2001). Neste sentido, um indicador pode ser entendido como uma variável observável, usada para reportar uma realidade não observável (BOULANGER, 2004).

Por sua vez, os índices constituem-se em indicadores sintéticos, elaborados a partir da agregação de outros indicadores básicos (BOULANGER, 2004). Logo, categorizam-se como instrumentos mais complexos e trabalhados, que resumem um conjunto mais amplo de aspectos; formalmente a sobreposição dos níveis analíticos supracitados pode ser visualizada na Figura 1 (HAMMOND *et al.*, 1995).

Figura 1. Níveis analíticos da informação estatística



Fonte: Hammond *et al.* (1995)

Em qualquer uma dessas formas de representar a realidade, deve-se, sempre, prezar pela integridade representativa e rigor metodológico na coleta de dados, junto à população. Por essa razão, agências estatísticas devem zelar pela sua reputação como fonte independente e objetiva de informações confiáveis. Visto dessa forma, o debate deve ser sobre as políticas públicas alternativas que melhorem as condições de bem-estar da população e não sobre quem tem a melhor fonte de dados.

A utilização de informações quantitativas emerge com propósito predominantemente técnico-político, com forte conotação burocrática, no sentido de ‘contabilidade’ nacional. Trata-se de um modo de agregar informações provenientes dos registros individuais (registro civil de nascimento, de falecimento e de casamento) para representação coletiva (SENRA, 2006).

O autor supracitado destaca ainda iniciativas de levantamento censitário como as antigas enquetes promovidas no reinado de Luís XIV, bem como as sondagens realizadas por Frédéric Le Play (1806-1882) no tempo do Napoleão III⁴. Estas iniciativas tinham carácter administrativo, servindo muitas vezes para tributação e conscrição das famílias, seus membros e seus bens.

É somente a partir da segunda metade do século XX que as estatísticas oficiais, amparadas pela ciência e tecnologia, ganham visibilidade e sofisticação instrumental. Novas noções-chave são incorporadas ao bojo da estatística pública como crescimento econômico, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável e outros. Tais mudanças marcam a virada da estatística pública técnico-política para técnico-científica. As instituições estatísticas nacionais, públicas e oficiais, muitas criadas durante a consolidação dos Estados Nacionais no século XIX, se consolidam e se transformam em instituições de pesquisa (SENRA, 2006).

A esse respeito verifica-se que com o passar dos anos, estatísticas, indicadores e índices públicos foram sendo assimilados por outros campos, para além das esferas político-administrativas. Neste sentido, outros atores como segmentos sociais e suas organizações, sindicatos, partidos políticos e organizações não-governamentais passaram a utilizar informações estatísticas para definir seus focos de atuação e acompanhar a ação governamental (FERREIRA, 2003). Em tese, o processo de apropriação e uso da informação tende a reforçar o exercício da cidadania e o regime democrático, junto a sociedade.

No plano político-administrativo, a estatística pública pode assumir o significado de

⁴ Seguindo essa mesma lógica, no Brasil Império, a Lei nº 1.829 de 1870, determinou a execução do recenseamento da população do país, criando para esse fim a Diretoria Geral de Estatística, órgão que, mais tarde, daria lugar ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

instrumento de governança ou de mecanismo de *accountability*. No primeiro caso, as informações permitem monitorar as ações governamentais tomadas nos mais diferentes níveis; ao mesmo tempo, oferecem subsídios para o desenho de políticas públicas, bem como à gestão e planejamento, nas diferentes esferas de tomadas de decisão. No segundo, as informações organizadas servem com espécie de ‘prestação de contas’, junto à sociedade, sobre os recursos públicos empregados nas mais diferentes ações. Pois o regime democrático contemporâneo implica na veiculação de informações estatísticas confiáveis, visando assegurar a população o permanente monitoramento de seus interesses.

Há de se considerar ainda a forte influência de instituições financeiras internacionais, a exemplo do Banco Mundial, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional. Em parte, haveria necessidade em mensurar os resultados, bem como configurar os investimentos realizados por estes órgãos nas econômicas emergentes, sobretudo no final da década de 90 (CORVALÁN, 2000; MARTÍNEZ, 2011).

A criação de novas demandas, ou mesmo a mudança de foco na análise da estatística pública é um fenômeno político relativamente comum e segue as inclinações e agendas prioritárias de cada governo eleito (SCHWARTZMAN, 1996; JANNUZZI, 2001; FERREIRA, 2003). No Brasil, por exemplo, fruto de uma agenda política que priorizou questões sociais desde o início dos anos 2000, houve grande avanço na geração e processamento de estatísticas voltadas a avaliação da pobreza, erradicação da fome e combate à miséria.

Desde sua origem, e assim como ocorre em outros campos do conhecimento, a estatística pública foi obrigada a estabelecer legitimidade aos olhos de seus patrocinadores⁵ (SCHWARTZMAN, 1996). Isso foi possível por intermédio de muito trabalho científico, tecnologia, bem como pela contribuição de diversos olhares sobre a melhor forma de representar a realidade coletiva.

O que chama a atenção – e deve servir de alerta – são os esforços recentes para desabilitar e desacreditar as metodologias construídas em razão de certos interesses políticos e ideológicos.

A seção que segue destaca duas dessas construções nacionais sujeitas a correntes político-ideológicas no governo dos respectivos países. Mais especificamente, os sistemas responsáveis pela produção e disponibilização de estatísticas públicas no Brasil e na Argentina centrados, respectivamente, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e no

⁵ Em última análise, governo e sociedade.

4 PRODUÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS NO BRASIL E NA ARGENTINA

A exemplo do ocorrido em outras partes do mundo, com a transição da abordagem técnico-política das estatísticas públicas para técnico-científica, a maior parte dos órgãos estatísticos atuais na América Latina, originou-se a partir de 1950. As exceções são Chile, Cuba Paraguai e Brasil⁶, conforme resume Tabela 1. Neste sentido, nota-se a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, como importante referência na consolidação destes órgãos.

Tabela 1. Datas de Fundação dos principais Órgãos Estatísticos da América Latina

País	Órgãos Estatísticos	Fundação
Chile	Instituto Nacional de Estadísticas – INE	1843
Cuba	Dirección Nacional de Estadística	1882
Paraguai	Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos	1885
Brasil	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE	1938
-	<i>Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL</i>	1948
Colômbia	Departamento Administrativo Nacional de Estadística – DANE	1953
Uruguai	Instituto Nacional de Estadística – INE	1953
Argentina	Instituto Nacional de Estadística y Censos – INDEC	1968
Bolívia	Instituto Nacional de Estadística – INE	1970
Equador	Instituto Nacional de Estadísticas y Censos – INEC	1973
México	Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática do México – INEGI	1983
Peru	Instituto Nacional de Estadística e Informática – INEI	1990
Costa Rica	Instituto Nacional de Estadística y Censos – INEC	1998

Fonte: Adaptado de Dargent *et al.* (2018).

As instituições estatísticas nacionais emergem com o propósito de centralizar as informações geradas, em grande medida a partir de registros civis, nas diferentes esferas administrativas dos governos nacionais. Posteriormente, três fatores contribuíram diretamente para consolidação destes órgãos como centros de pesquisa e produção de dados estatísticos: i. A necessidade de planejamento nacional, fruto da difusão das ideias *keynesianas* de necessidade de intervenção do Estado para garantia do bem-estar social; ii.) A demanda por um sistema de contabilidade social, há muito tempo desejada pelos

⁶ Vale destacar a atuação da Diretoria Nacional de Estatística, responsável pela realização do primeiro censo brasileiro em 1872

economistas e reforçada pela ação de organizações internacionais como a FAO e CEPAL; iii.) A desenvolvimento tecnológico na área de amostragem, que viabiliza pesquisas em profusão, gerando registros estatísticos em abundância (SENRA, 2006).

Neste período, nota-se grande incorporação nestas instituições de profissionais de outras áreas como economistas, sociólogos, cientistas políticos, demógrafos, além de administradores públicos e estatísticos. A seguir, analisaremos com maior detalhe duas dessas instituições nacionais, com foco na produção e disponibilização de estatísticas públicas no Brasil e na Argentina.

4.1 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, as Agências Estaduais de Estatística e os Ministérios/Secretarias compartilham o processo de elaboração e difusão das estatísticas públicas (JANNUZZI, 2001). Sendo o IBGE responsável pela junção e sistematização das informações estatísticas, pesquisas e registros administrativos na área social (IBGE, 2015).

As primeiras iniciativas censitárias brasileiras datam do período Imperial, com a atuação da Diretoria Geral de Estatística, criada em 1871; formalmente o primeiro censo foi realizado em 1872. Já nos primeiros anos de República, implantou-se os sistemas de registro civil utilizados até os dias atuais (IGNÁCIO, 2012). Com a instituição do Governo Provisório de Getúlio Vargas, cresceu a necessidade de centralização das informações quantitativas nacionais. Em 1934 é criado o Instituto Nacional de Estatística - INE, que após a incorporação do Conselho Brasileiro de Geografia em 1936, passa a ser chamado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (SENRA, 2006; IGNÁCIO, 2012).

Notadamente, são exemplos do trabalho realizado pelo IBGE, o Censo Demográfico, Censo Populacional, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Especificamente, o Censo Demográfico dedica-se a perscrutar características demográficas, habitacionais, bem como aspectos relacionados à escolaridade, mão-de-obra e rendimentos dos municípios e/ou setores censitários, em periodicidade decenal. Por seu turno, o Censo Populacional esquadriha temáticas de população, migração e escolaridade entre censos demográficos, sendo desagregado por município. E, por fim, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios aplica-se a demografia, habitação, escolaridade, obra, rendimentos e temas especiais, em periodicidade anual, sendo decomposto por unidades federativas e regiões metropolitanas.

Avultam-se ainda como pesquisas relevantes à formulação de políticas públicas no Brasil a Pesquisa Mensal de Emprego, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Pesquisa de Padrão de Vida, Pesquisa de Emprego e Desemprego, Pesquisa de Condições de Vida, Pesquisa de Orçamentos Familiares, Pesquisa Regional por Amostra Domiciliar, bem como o Estudo Nacional de Despesas Familiares, Orçamento Familiar, Nutrição.

Para garantir abrangência em um país de proporções continentais e realidades bastante heterogêneas, com 5.570 municípios e cerca de 8 milhões de km², o IBGE conta com uma rede de pesquisa e disseminação. Formalmente a rede é composta por 27 unidades estaduais, 27 supervisões de documentação e disseminação de informações, 570 agências de coleta de dados. Em 2018, o quadro de funcionários reunia 4.991 trabalhadores efetivos e outros 4.685 temporários. No âmbito das informações estatísticas foram divulgados 195 resultados, cobrindo as áreas sociais, demográficas e econômicas (IBGE, 2019).

Só para a operacionalização da rede, o orçamento nos últimos três anos ficou em torno de R\$ 2,9 bilhões. Este valor não inclui a realização do Censo, que na última edição (2010) contou com orçamento adicional de R\$ 1,4 bilhões e tem previsto para a edição 2020, outros R\$ 3,2 bilhões.

Particularmente o IBGE está vinculado ao Ministério da Economia. Neste sentido, compreende em sua estrutura órgãos colegiados de direção superior; além dos órgãos de assistência direta e imediata ao presidente, órgãos seccionais, órgãos específicos singulares e órgãos descentralizados (IBGE, 2015). Tais prerrogativas sugerem a observância dos pressupostos de interação entre os diversos atores, presentes na literatura (ALESSANDRO, 2017).

Ademais o diálogo intersetorial pode ser instigado pelos diferentes níveis e setores de governo presentes na arquitetura institucional; pois o IBGE reúne organismos pertinentes à esfera federal, agências estaduais de estatística, assim como os institutos de pesquisa e análise brasileiros (IBGE, 2015). Notabiliza-se o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil, o Ministério do Trabalho, o Ministério do Planejamento, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Enquanto, no âmbito das agências estaduais de estatística destacam-se a Fundação João Pinheiro, a Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro, a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco, a Companhia de Planejamento do Distrito Federal, a Fundação de Economia e Estatística, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, a Fundação Instituto de Planejamento do Ceará, a Secretaria de Estado da Administração, o Sistema Eletrônico de

Informações.

4.2 Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina – INDEC

Na Argentina, os primeiros registros estatísticos datam de 1573 e referem-se a contagens de soldados e famílias, organizadas por Juan de Garay, na fundação da cidade de Santa Fé, neste mesmo ano. Em 1778, após a criação do Vice-reinado do Rio da Prata, realiza-se um dos primeiros grandes recenseamentos populacionais, chamado "Censo de Vértiz", por ordem de Carlos III. O primeiro Censo oficial argentino só seria realizado em 1869, já no período de república. Este já apresentava critérios comuns aos levantamentos censitários mais modernos, como a existência de um corpo único responsável pelo seu desenvolvimento⁷, além da uniformidade e universalidade das questões para todos os inscritos (INDEC, 2019).

O atual *Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina – INDEC* só seria criado em 1968, durante um governo ditatorial que estabeleceu a estrutura geral do sistema estatístico nacional. Dentre as características marcantes na criação do INDEC, destaca-se a centralização normativa e a descentralização executiva, que se converteriam no elemento principal da relação do INDEC com os departamentos estatísticos provinciais (DARGENT *et al.*, 2018).

Com a abertura econômica ocorrida na década de 90 e a intensificação do processo de privatização dos ativos públicos, o INDEC passou a incorporar estatísticas de curto prazo e a trabalhar com indicadores que até então não havia desenvolvido (indústria, construção, comércio, serviços, entre outros). Neste período aumenta significativamente o diálogo do órgão com outros campos, dentre os quais o setor privado e as mídias de jornalismo (INDEC, 2019).

Presentemente, o INDEC exerce o papel de agente coordenador dos organismos centrais e periféricos que compõe o Sistema Estatístico Nacional. Assim, os organismos estatísticos centrais são compostos pelos serviços estatísticos dos ministérios e dos secretários de Estado, comandantes-chefes das Forças Armadas, órgãos descentralizados da Administração Nacional, empresas estatais. Por seu turno, os organismos estatísticos periféricos são conformados pelos serviços estatísticos dos governos provinciais, municipais, autárquicos e descentralizados, bem como pelas entidades interprovinciais centrais (PNUD ARGENTINA, 2017).

O período de 2006 a 2015 marca a grande crise vivida no âmbito do INDEC,

⁷ Na época o Escritório Nacional de Estatística, vinculado ao Ministério do Interior.

caracterizada pela crescente intervenção do Estado no órgão. Basicamente, a pressão do governo recai sobre a produção e publicação de resultados que acompanhassem a narrativa política e a ideologia dominante na época. Nestes fins, recursos humanos estáveis e de carreira foram substituídos por profissionais ideologicamente afinados com o governo, desde a alta administração até a baixa gerência. Em consequência, as informações fornecidas pelo INDEC deixaram de ser confiáveis e se converteram em fontes de uso banal nos meios de comunicação (DARGENT *et al.*, 2018).

Conforme salientado no fragmento de discurso a seguir, nem sempre o que é reportado pelo organismo público pode ser utilizado para balizar a interpretação empírica da realidade social do país.

En mi punto de vista hoy el INDEC está funcionando bien... INDEC ha tenido un problema político en los últimos años, en los años del gobierno de Cristina Fernández de Kirchner. En esos ocho años es dónde los datos del INDEC fueron modificados, intervenidos, algunos en mayor o menor medida. Pero, salvando ese período, después entiendo que tanto antes como después los datos son valederos. Y también hechos, sin entrar en detalles de la metodología de como toma los datos y los procesa... Ahí puede haber alguna discusión, pero ya es hilar muy fino en metodologías de toma de datos y demás que no estoy en condiciones de responder. Y tal vez, a nivel del país, se puede hacer una diferenciación, a respecto a que gran parte de los datos se toman en el área de Buenos Aires y alrededores; y en algunos aspectos, sobre todo en los sociales, no es la realidad del país. Argentina está muy concentrada parte de la población y de la actividad productiva en un lugar muy chico, como Buenos Aires y eso influye mucho en el resto del país. Pero salvo eso, yo no tendría ningún temor en usar los datos del INDEC. (Mariano Pla, Director do Consorcio Hidráulico del Valle Bonerense del Río Colorado, 54 años).

O caso da Argentina representa uma situação bastante peculiar na América Latina; dado que o país passou de uma situação de estabilidade e solidez no sistema estatístico nacional⁸ para um enfraquecimento rápido, ao longo da última década, em decorrência da intervenção do poder executivo e produção de “estatísticas militantes”. O resultado dessa ‘politização’ da estatística pública é um órgão carente em recursos financeiros, humanos, tecnológicos e físicos, munido de um marco institucional débil que só tende a enfraquecer o sistema estatístico nacional argentino (DARGENT *et al.*, 2018).

4.3 Capacidade Estatística Nacional

A capacidade estatística de um país está intimamente ligada à possibilidade de tomar

⁸ Nos anos 1990 e primeiros anos da década de 2000.

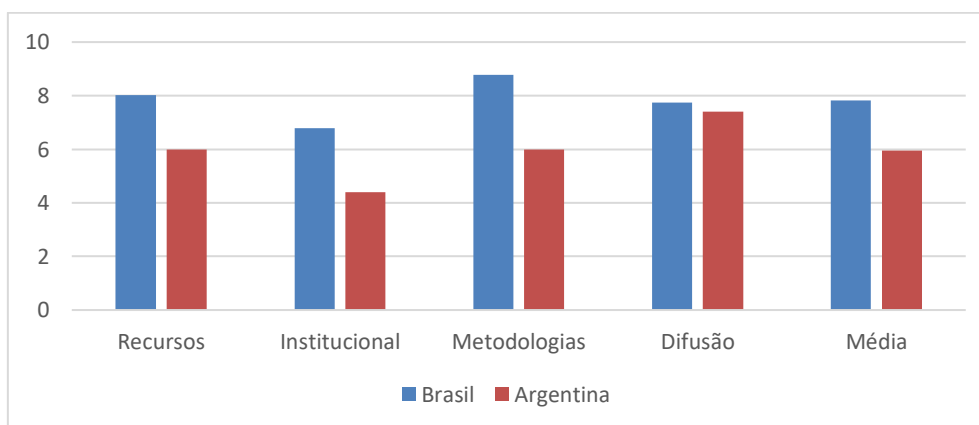
decisões de política sustentadas por evidências e à gestão pública baseada em resultados. Ou seja, a existência de um sistema permanente que disponha dos recursos – físicos, humanos, tecnológicos e financeiros - necessários para gerar e difundir de maneira sustentada dados estatísticos relevantes e de qualidade (BECCARIA, 2017).

Desenvolvido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o Índice de Capacidade Estatística Nacional - ICEN, representa uma ferramenta da avaliação quantitativa da capacidade dos sistemas estatísticos dos países. O ICEN é composto de quatro dimensões, a saber: recursos, normas e práticas institucionais, metodologias e difusão (DARGENT *et al.*, 2018).

A capacidade estatística de uma nação está diretamente associada à disponibilidade de recursos orçamentários, humanos e tecnológicos; bem como a existência de um arranjo institucional, composto por normas formais, claras, que protejam a independência técnica e estimulem a coordenação das diversas entidades produtoras de estatísticas oficiais (ALESSANDRO, 2017).

Para medir o ICEN, *Dargent et al.* (2018) aplicaram questionários a diferentes atores, em 10 países na América Latina. Os resultados encontrados pela referida pesquisa ajudam na discussão apresentada a seguir.

Figura 1. ICEN desagregado por dimensões



Fonte: Adaptado de *Dargent et al.* (2018).

As diferenças entre os sistemas de estatística públicas no Brasil e na Argentina são bastante pronunciadas nas dimensões de recursos, institucionalidade e metodologias. Por outro lado, a utilização das informações quantitativas nacionais, como veículo de promoção partidária, faz a difusão da estatística na Argentina tão pronunciada quanto no caso brasileiro.

Acrescenta-se ao exposto que os sistemas estatísticos apresentados possuem diferenças

expressivas em relação aos mecanismos de governo, forma jurídica, organização federal, recursos orçamentários (IBGE, 2015; PNUD ARGENTINA, 2017).

Pois, o INDEC não agrega mecanismos colegiados em suas instâncias condutoras (PNUD ARGENTINA, 2017). Similarmente, a literatura permite o entendimento, que a centralização normativa do instituto desfavorece a articulação horizontal e vertical, entre as instâncias setoriais e provinciais (TEXIDOR, LORENZO, 2009).

Os fatos supracitados podem dificultar a operacionalização de redes organizacionais, ao mesmo tempo em que oportunizam a ampliação de incongruências entre as informações reportadas (LINDENBOIM, 2011; ISOLA, 2014). Ademais a ausência de padronização na aferição dos resultados pode obstar a realização de comparações em nível intranacional; pois a fragmentação que caracteriza o processo de produção de estatísticas, pode tolher a legitimidade necessária à construção de uma visão sistêmica e confrontativa do desempenho (LINDENBOIM, 2015; CUESTA, 2016; PIZARRO, 2017).

Em relação à forma jurídica, o IBGE caracteriza-se como uma fundação pública, subalterna ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em conformidade com as legislações federais que estabelecem as formas de contratações (IBGE, 2015). Enquanto o INDEC designa-se apenas como uma Secretaria de Estado, subordinada ao Ministério da Fazenda⁹. Em outras palavras, as fontes consultadas facultam a compreensão que o instituto argentino goza de menor autonomia e poder político, em comparação ao IBGE (IBGE, 2015; PNUD ARGENTINA, 2017).

No que se refere à organização federal, o IBGE possui autoridade reguladora e executiva sobre suas unidades estratégicas; sendo os organismos descentralizados responsáveis pelo planejamento, coordenação, execução e controle das atividades do instituto, dentro dos limites de suas esferas de influência (IBGE, 2015). Contrariamente, o INDEC não goza de autoridade executiva sobre as unidades provinciais, detendo apenas autoridade normativa. Logo os organismos estatísticos se subordinam aos governos provinciais, não integrando formalmente o instituto (PNUD ARGENTINA, 2017).

Tais particularidades, pertinentes a organização federal do INDEC, podem, presumivelmente, em situações de conflitos de interesse político/partidário, restringir o retratamento dos fenômenos sociais no país. As incertezas em torno da matéria são ventiladas no fragmento a seguir...

⁹ O assunto é regulamentado pela Lei Argentina N° 17.622, que dispõe sobre a criação do Sistema Estatístico Nacional. Oportunamente também se recomenda o exame das disposições regulamentárias da lei supracitada.

Esta singularidad puede limitar en algunos casos la realización de operativos en territorios provinciales. Nótese que aun la realización de los censos nacionales requiere la adhesión de las provincias, que se establece mediante decretos en los que se firman los respectivos convenios (PNUD ARGENTINA, 2017, p. 75).

A vulnerabilidade das redes organizacionais exposta pode fragilizar os vínculos de confiança e respeito da população com os institutos estatísticos argentinos. Considerando que tais particularidades podem debilitar a consciência estatística dos entrevistados, bem como permear de desafios o processo de coleta de dados (LINDENBOIM, 2011; ISOLA, 2014).

Oportunamente salienta-se que a literatura evidencia que os dados disponibilizados pelo IBGE tendem a concentrar-se em municípios de maior densidade demográfica, predominantemente urbanos. Em outras palavras, a base de informações do instituto tem uma menor precisão em municípios e regiões pouco populosos, como a Amazônia e a região do Nordeste Semiárido (VEIGA *et al.*, 2015). Entretanto, na Argentina, existe uma precarização relativa ao conhecimento de informações macro básicas, como o produto interno bruto das unidades federativas; particularmente, o mesmo só é estimado para as províncias de Buenos Aires, Córdoba, Chaco, La Rioja, Mendoza (PNUD ARGENTINA, 2017).

Todavia as problemáticas em tela não se constituem em característica *sui generis* da Argentina e do Brasil. Contrariamente, a literatura evidencia a heterogeneidade da capacidade estatística, em nível infranacional, em diversos países da região (SCOTT, 2005; STEIN, TOMMASI, 2006; SCARTASCINI, STEIN, TOMMASI, 2008; HEAD, 2010; CHUAIRE, SCARTASCINI, TOMASSI, 2014).

Por último, merece destaque a controvérsia em torno das potencialidades dos institutos; pois em termos absolutos, bem como em uma abordagem *per capita*, a dotação orçamentária do IBGE¹⁰ é historicamente superior às rubricas acessadas pelo INDEC¹¹, quando convertidas em moeda comum.

As últimas observações iluminam parcialmente os desafios do Sistema Estatístico Argentino em produzir estatísticas confiáveis, dados os custos de operacionalização de indicadores relevantes, legítimos e de qualidade. Em consonância, estudos sugerem que as diferenças entre os níveis de capacidade estatística na região, podem originar-se das distintas condições de investimento estatais (TAYLOR, 2016; DARGENT *et al.*, 2018).

Em síntese, a Tabela 2 evidencia as diferenças aludidas na seção:

¹⁰ Para maiores informações sugere-se a consulta a seção de Desempenho Orçamentário, constante nos Relatórios Anuais de Gestão do IBGE.

¹¹ As rubricas supracitadas estão disponíveis em: < <https://www.indec.gob.ar/transparencia.asp/>>. Acesso em: 11 mai 2019.

Tabela 2. IBGE vs. INDEC

Variável de análise	IBGE	INDEC
Data de criação	1938	1968
Papel	Articular e coordenar as pesquisas estatísticas, unificando a ação dos serviços especializados em funcionamento no Brasil.	Agente coordenador dos organismos centrais e periféricos que compõe o Sistema Estatístico Nacional Argentino.
Mecanismos de governo	Possui mecanismos colegiados.	Não possui mecanismos colegiados.
Forma jurídica	Fundação Pública, subalterna ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.	Secretaria de Estado, subordinada ao Ministério da Fazenda.
Organização federal	Possui autoridade reguladora e executiva sobre suas unidades estratégicas.	Não goza de autoridade executiva sobre as unidades provinciais, detendo apenas autoridade normativa.
Limitações na capacidade estatística	Os dados disponibilizados pelo IBGE tendem a concentrar-se em municípios de maior densidade demográfica, predominantemente urbanos.	Não coleta informações macro básicas, como o produto interno bruto das unidades federativas.
Recursos orçamentários	Em termos absolutos, bem como em uma abordagem <i>per capita</i> , a dotação orçamentária do IBGE é historicamente superior às rubricas acessadas pelo INDEC, quando convertidas em moeda comum.	

Fonte: Elaborado pela autora.

5 IMPLICAÇÕES GERENCIAIS

Desde maio de 2019 o IBGE tem experimentado intervenções em suas concepções básicas, em razão de determinadas iniciativas governamentais. Estas mudanças paradigmáticas compreendem distintas atuações que podem afetar o conhecimento das circunstâncias de vida da população, em todos os municípios do país, assim como em seus recortes territoriais internos.

O discurso dos profissionais e agentes políticos, ideologicamente afinados com o governo, em defesa do contingenciamento de recursos, alienação de ativos, arrefecimento do Censo, redução do quadro de funcionários, dentre outras pautas, aquecem as discussões sobre a capacidade técnico-científica do órgão. Surpreendentemente o Ministro da Economia declara que:

O Censo é importante. Vamos tentar simplificar. O Censo de países ricos têm dez perguntas. O brasileiro tem 150 perguntas. Sejamos espartanos e façamos o essencial.¹²

¹² Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/guedes-quer-vender-predio-do-ibge-para-fazer-censo-sugere-simplificar-pesquisa-23473491/>>. Acesso em: 11 mai 2019.

...Esse emagrecimento que aconteceu, de sete mil para cinco mil (funcionários) e, agora, com possibilidade de aposentadoria também. Tem um enigma ainda não resolvido que são as três sedes e seis prédios. Falta dinheiro para o Censo, mas o presidente fica de frente para o Pão de Açúcar, a diretoria fica no Centro e turma da ralação fica aqui (no Maracanã). Devia todo mundo estar junto em um prédio só. Ou quem sabe a gente vende os prédios e bota dinheiro para complementar para fazer o Censo bem feito. Esse é um desafio. Devia todo mundo estar junto em um só prédio, provavelmente na Avenida Chile (Centro). Tem que acabar com o privilégio e acabar com a vista para o mar do presidente. Mas o desafio de gestão é de vocês.¹³

Mediante o exposto a literatura evidencia que certas intervenções governamentais sugerem o interesse em produzir estatísticas com fins políticos (AVARO, 2016), a fim de disseminarem informações que acompanhem o interesse de manejo dos assuntos públicos (DARGENT *et al.*, 2018). Pois os dados estatísticos podem expor as deficiências das políticas públicas, abrindo precedentes as reivindicações por mudanças (TAYLOR, 2016). Neste sentido, em relação a redução do questionário do IBGE, o BBC News Brasil comenta que:

O Censo 2010, por exemplo, revelou que 2,3 milhões de famílias não tinham nenhum rendimento e, ainda assim, precisavam pagar um aluguel no valor de até um salário mínimo. Em todo o Brasil, 3 de cada 1.000 pessoas havia emigrado, mas em alguns municípios essa proporção passava de 40 em cada 1.000. No Norte e no Nordeste, a dependência do ensino público era maior que a média nacional, representando acima de 80% das matrículas. Esses temas estavam no questionário que o IBGE pretendia fazer aos brasileiros no ano que vem, mas foram eliminados com o corte de mais de 20% das perguntas. O questionário básico, aplicado a todos os domicílios brasileiros, foi reduzido para 26 questões - onze a menos que no Censo 2010. Já o questionário completo, aplicado a apenas 10% dos domicílios, contará com 76 perguntas - em 2010, eram 102 questões.¹⁴

Entretanto ao examinar a trajetória de iniciativas de natureza similar na Argentina, distintas fontes teóricas sugerem que tais intervenções podem afetar a qualidade das informações reportadas pelos organismos estatísticos (LINDENBOIM, 2011; ISOLA, 2014; AVARO, 2016; PNUD ARGENTINA, 2017; DARGENT *et al.*, 2018). Contrariamente, a literatura salienta a necessidade de autonomia, independência técnica e recursos, para a potencialização da capacidade estatística dos países (TAYLOR, 2016; ALESSANDRO, 2017).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹³ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/guedes-quer-vender-predio-do-ibge-para-fazer-censo-sugere-simplificar-pesquisa-23473491/>>. Acesso em: 11 mai 2019.

¹⁴ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48931662/>> Acesso em: 05 ago 2019.

Este trabalho buscou fomentar o debate sobre o impacto das políticas governamentais na capacidade estatística, técnica e institucional dos organismos reitores de estatísticas públicas. Particularmente, o estudo comparativo possibilitou a formulação de algumas hipóteses que poderão ser aprofundadas em pesquisas futuras.

De modo geral, os resultados obtidos sugerem que as políticas governamentais podem afetar os recursos financeiros, tecnológicos e humanos dos órgãos estatísticos; tais fatores iluminam, parcialmente, as diferenças de trajetórias observadas.

À primeira vista, a limitação da autonomia dos organismos reitores de estatísticas públicas favorece a fragilidade técnica e institucional, bem como a orientação minimalista no retratamento dos fenômenos sociais. Consequentemente, a literatura evidencia que determinadas intervenções podem provocar a não adequação das informações às distintas construções conceituais presentes no espaço; da mesma maneira que um menor direcionamento das ações dos organismos estatísticos aos interesses da sociedade.

ARTIGO II

DESAFIOS À CONSTRUÇÃO DE UM ÍNDICE LATINO-AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO¹⁵

¹⁵ Trabalho parcialmente submetido a *XXVI Jornadas de Jóvenes Investigadores* da *Asociación de Universidades Grupo Montevideo* e ao VIII Seminário de Iniciação Científica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais. Posteriormente, em setembro de 2019, o trabalho será submetido integralmente ou em parte para a REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO, após revisão e formatação.

DESAFIOS À CONSTRUÇÃO DE UM ÍNDICE LATINO-AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

RESUMO

O artigo analisa os dados agregados disponíveis para os países da América Latina, procurando contextualizar a trajetória de desenvolvimento na região, a partir do Índice de Desenvolvimento Humano e do Produto Interno Bruto. Algumas reflexões sobre a utilização desses dois indicadores para o desenho e monitoramento de políticas públicas são abordadas; oportunamente, a relação entre eles revela alguns aspectos interessantes a estas políticas.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; desigualdades territoriais; América Latina.

1 INTRODUÇÃO

O interesse em aferir, avaliar e monitorar o desenvolvimento, retoma a clássica obra de John Maynard Keynes¹⁶, considerada um marco no pensamento econômico. Embora a necessidade de avaliação já despertasse, anteriormente, a atenção de economistas e pesquisadores, a obra destaca-se por sugerir que as economias capitalistas não tinham a capacidade de promover automaticamente o pleno emprego. Contrariando a economia neoclássica, defendia a necessidade de participação do Estado, através de seus instrumentos¹⁷, para direcionar a economia rumo à utilização total dos recursos (KEYNES, 1936). Essa forma de ver o mundo seria responsável, nos anos posteriores, pela forte influência das teorias econômicas no planejamento e intervenção governamental para manutenção do bem-estar social. Diante do novo papel assumido pelo Estado, surge à necessidade de monitorar o crescimento econômico.

O predomínio do pensamento *keynesiano* ocorre até meados de 1970; neste período, a utilização do Produto Interno Bruto - PIB como indicador de crescimento econômico consolida-se mundialmente. Ainda na década de 1950, seria iniciado um longo debate sobre a eficiência do PIB, como variável de monitoramento do chamado desenvolvimento. Ao contrário da noção anterior de crescimento, o desenvolvimento representaria uma ideia muito mais complexa,

¹⁶ KEYNES, J. M. The General Theory of Employment, Interest and Money. *Quarterly Journal of Economics*, v. 51, p. 209-223, 1936.

¹⁷ Política monetária ou fiscal.

carregada de aspectos quantitativos; mas também qualitativos e – até certo ponto - alguma subjetividade.

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, têm um papel relevante para esta discussão. Nesta perspectiva destaca-se a obra seminal de Prebisch (1949), que contestava o processo de divisão internacional do trabalho, como veículo de crescimento e desenvolvimento econômico. Tal corrente de pensamento surge, a partir da constatação de que o bem-estar social estava longe de ser algo equitativo, entre os países do mundo. Os trabalhos de Amartya Sen (2000, 2009), nesta mesma linha, também merecem destaque em sua construção sobre desigualdade.

Os anos posteriores a 1970, marcam a efervescência do debate em torno de indicadores de desenvolvimento socioeconômico, com destaque para as ações¹⁸ conduzidas além da CEPAL (NOHLEN & NUSCHELER, 1993). Em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, com importante participação de Sen, apresenta pela primeira vez o Índice de Desenvolvimento Humano. Dessa forma, inaugura-se um novo período no debate sobre a construção e consolidação de indicadores sociais (HOPKINS, 1991; MCGILLIVRAY, 1991; ANAND; SEN, 1994).

Distante do protagonismo do CEPAL, a operacionalização de um Índice Latino-americano de Desenvolvimento Humano parece não ter saído do campo das ideias. Mesmo na literatura dedicada a temática, não se percebe uma discussão mais ampla sobre esse processo de regionalização dos indicadores e suas metodologias, a exemplo do que pode ser observado na União Europeia (HARTLAPP e FALKNER, 2009). Diante deste contexto, emerge a seguinte questão norteadora: Quais os desafios à constituição de um Índice Regional de Desenvolvimento Humano para a América Latina e Caribe?

Formalmente, o artigo propõe-se a refletir sobre as limitações e avanços do desenvolvimento na região. Todavia, não se intenta a discussão de relações causais ou específicas de cada país, em seu contexto político e social; contrariamente, prioriza-se a abordagem macro.

2 METODOLOGIA E LIMITAÇÕES DA PESQUISA

¹⁸ Salientam-se as iniciativas da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), bem como do *United Nations Research Institute for Social Development* (UNRISD), ambos vinculados a Organização das Nações Unidas.

2.1 Fonte de informação e base de dados

Para realização da pesquisa foram utilizadas informações estatísticas públicas divulgadas pelo Banco Mundial, mais especificamente dados organizados na plataforma *World Development Indicators – WDI*. Categoricamente esta base de dados constitui-se uma das maiores fontes mundiais; pois contém mais de 800 indicadores de desenvolvimento, sobre aproximadamente 220 países e grupos de países, que vêm sendo arquivados desde 1960. Na base estão inclusos indicadores sociais, econômicos, financeiros, bem como os relativos a recursos naturais e ambientais (WORLD BANK, 2019).

Destaca-se que escolha foi baseada na intuitividade e facilidade de utilização das telas de seleção, bem como pela possibilidade de alocação dos resultados em escala; acrescenta-se ao exposto a faculdade de indexação por períodos específicos. Ademais, os resultados obtidos podem ser exportados em formatos padrão; além disso, a base é atualizada periodicamente¹⁹.

Como o próprio World Bank alerta, os dados utilizados na análise que segue, podem apresentar limitações relativas a precisão; uma vez que os mesmos são obtidos junto a agências nacionais, com distintas preocupações metodológicas. Tal observação reforça a dificuldade de operacionalizar indicadores em nível internacional, retratada anteriormente. Em complemento, o universo de informações pode não está completo, devido a circunstâncias especiais que afetam a coleta e a comunicação de dados, como problemas decorrentes de conflitos políticos e sociais. Mesmo diante dos esforços para padronização dos dados, por parte da equipe técnica do World Bank, a utilização das informações neste trabalho procura seguir a ideia de apenas evidenciar tendências na caracterização socioeconômica dos países analisados; isto é, não há a pretensão de se comparar de forma estritamente quantitativa as diferenças entre eles.

2.2 Caracterização da amostra e análise dos dados

A população da investigação é composta pelos valores anuais de Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*) e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), nos países latino-americanos e caribenhos, no período compreendido entre 1990 e 2014.

¹⁹ Sempre no mês de maio de cada ano.

Em função da indisponibilidade de informações para alguns períodos, durante o recorte temporal, foi necessário excluir da amostragem: Antígua e Barbuda, Bahamas, Dominica, Granada, Saint Kitts e Nevis, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia e Suriname.

Os procedimentos estatísticos iniciaram-se pela verificação da normalidade; especificamente optou-se pela execução do teste Shapiro-Wilk; pois trata-se de uma técnica considerada mais precisa que os testes Qui-quadrado, Kolmogorov-Smirnov, Lilliefors, Cramer-von Mises, Anderson-Darling e Jarque-Bera (LEOTTI, COSTER, RIBOLDI, 2012). O teste Shapiro-Wilk também é recomendado para amostras populacionais menores que 50 (SHAPIRO & WILK, 1965). Na referida região são considerados 34 países.

Posteriormente, com o intuito de evidenciar-se o conjunto de observações disponíveis, o tratamento dos dados estabeleceu-se pela análise univariada. Subsequente, para identificar o possível relacionamento entre as variáveis, utilizou-se o teste do Coeficiente de Correlação de Pearson²⁰. Para tanto a hipótese nula dos experimentos assumia a inexistência de correlação, ou seja, $(H_0): p = 0$; enquanto a hipótese alternativa assumia a existência de correlação significativa, isto é $(H_1): p \neq 0$.

Em relação a interpretação dos resultados, salienta-se que o sinal sugere direção positiva ou negativa no relacionamento; enquanto o valor, em módulo, indica a magnitude da relação entre as variáveis²¹ (ALDRICH, 1995; HAIG, 2007; KOZAK, 2009; FIGUEIREDO FILHO, DA SILVA, 2009). Formalmente, optou-se por classificar a relação como fraca quando os valores de r , em módulo, variavam de 0,00 até 0,39; alternativamente escores compreendidos entre 0,40 até 0,69 foram interpretados como moderados; enquanto valores entre 0,70 até 1 foram assumidos como fortes.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Estatística descritiva e teste de normalidade: O quê o conjunto de IDHs dos países da América Latina e Caribe nos mostram.

²⁰ Todavia o teste foi executado apenas para os países que apresentaram séries temporais normalmente distribuídas.

²¹ Considerando que a escala de intensidade do coeficiente de correlação Pearson (r) varia de -1 a 1.

O Quadro 1 apresenta os índices de desenvolvimento humano, auferidos pelos países latino-americanos e caribenhos. No entanto, a indisponibilidade de observações para alguns períodos, dificulta a realização de comparações temporais; ao mesmo tempo, representa um obstáculo ao confronto do desempenho entre os países da região.

Quadro 1. IDH de países latino-americanos e caribenhos, 1990 a 2014.

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
Antigua e Barbuda																0,773	0,781	0,786	0,788	0,783	0,782	0,778	0,781	0,782	0,784	
Argentina	0,705	0,713	0,72	0,725	0,728	0,731	0,738	0,746	0,753	0,764	0,771	0,776	0,77	0,775	0,78	0,782	0,788	0,792	0,794	0,802	0,816	0,822	0,823	0,825	0,826	
Bahamas											0,779	0,781	0,783	0,784	0,786	0,788	0,79	0,791	0,791	0,788	0,789	0,789	0,79	0,789	0,79	
Barbados	0,714	0,716	0,716	0,72	0,725	0,729	0,733	0,738	0,734	0,741	0,75	0,749	0,753	0,757	0,761	0,766	0,771	0,775	0,779	0,781	0,78	0,785	0,792	0,793	0,794	
Belize	0,648	0,651	0,655	0,656	0,66	0,662	0,659	0,661	0,661	0,668	0,677	0,678	0,684	0,691	0,695	0,692	0,7	0,699	0,7	0,7	0,7	0,702	0,706	0,705	0,706	
Bolívia	0,535	0,543	0,549	0,556	0,564	0,571	0,577	0,579	0,591	0,6	0,607	0,61	0,617	0,62	0,622	0,625	0,626	0,632	0,636	0,643	0,649	0,655	0,661	0,666	0,671	
Brasil	0,611	0,615	0,622	0,631	0,64	0,649	0,656	0,664	0,671	0,677	0,685	0,692	0,699	0,695	0,694	0,698	0,7	0,704	0,714	0,716	0,724	0,73	0,734	0,747	0,754	
Chile	0,7	0,71	0,718	0,713	0,719	0,728	0,735	0,742	0,748	0,755	0,761	0,768	0,775	0,781	0,79	0,796	0,797	0,804	0,816	0,815	0,82	0,826	0,831	0,841	0,845	
Colômbia	0,592	0,595	0,606	0,613	0,62	0,626	0,635	0,643	0,65	0,65	0,653	0,656	0,659	0,658	0,658	0,663	0,675	0,683	0,691	0,695	0,7	0,707	0,712	0,72	0,724	
Costa Rica	0,653	0,658	0,667	0,673	0,679	0,684	0,687	0,693	0,699	0,702	0,708	0,712	0,715	0,719	0,723	0,727	0,734	0,74	0,747	0,749	0,752	0,758	0,762	0,768	0,775	
Cuba	0,676	0,67	0,663	0,656	0,652	0,654	0,655	0,669	0,672	0,679	0,686	0,692	0,694	0,705	0,719	0,732	0,754	0,771	0,782	0,784	0,78	0,778	0,773	0,772	0,773	
Dominica											0,695	0,699	0,698	0,704	0,703	0,705	0,711	0,714	0,72	0,721	0,722	0,722	0,721	0,724	0,724	
Equador	0,643	0,646	0,65	0,654	0,658	0,662	0,664	0,668	0,671	0,668	0,67	0,675	0,679	0,682	0,688	0,693	0,696	0,698	0,702	0,703	0,71	0,717	0,725	0,737	0,739	
El Salvador	0,529	0,534	0,546	0,557	0,567	0,577	0,585	0,595	0,604	0,607	0,615	0,621	0,628	0,636	0,644	0,651	0,657	0,659	0,662	0,662	0,666	0,67	0,675	0,676	0,678	
Granada																						0,741	0,744	0,746	0,749	0,751
Guatemala	0,478	0,484	0,49	0,495	0,5	0,507	0,515	0,523	0,531	0,539	0,546	0,553	0,56	0,564	0,567	0,57	0,578	0,589	0,596	0,602	0,609	0,616	0,611	0,614	0,637	
Guiana	0,541	0,537	0,552	0,566	0,576	0,582	0,592	0,597	0,599	0,602	0,606	0,609	0,611	0,613	0,619	0,622	0,62	0,618	0,618	0,618	0,624	0,63	0,633	0,636	0,638	
Haiti	0,408	0,408	0,405	0,413	0,416	0,417	0,426	0,432	0,435	0,439	0,443	0,444	0,447	0,45	0,452	0,455	0,458	0,462	0,466	0,47	0,47	0,477	0,483	0,487	0,49	
Honduras	0,507	0,509	0,514	0,522	0,525	0,53	0,536	0,543	0,548	0,551	0,557	0,561	0,566	0,571	0,577	0,583	0,59	0,597	0,603	0,606	0,611	0,614	0,614	0,618	0,623	
Jamaica	0,651	0,656	0,658	0,667	0,669	0,671	0,675	0,677	0,678	0,682	0,68	0,69	0,694	0,699	0,706	0,709	0,714	0,718	0,721	0,721	0,722	0,725	0,727	0,727	0,729	
México	0,648	0,652	0,656	0,662	0,668	0,67	0,676	0,683	0,689	0,694	0,7	0,703	0,708	0,714	0,719	0,723	0,731	0,735	0,738	0,739	0,745	0,749	0,753	0,754	0,758	
Nicarágua	0,495	0,495	0,498	0,503	0,515	0,524	0,535	0,543	0,552	0,562	0,57	0,577	0,583	0,587	0,592	0,597	0,601	0,607	0,613	0,614	0,62	0,625	0,63	0,636	0,642	
Panamá	0,662	0,669	0,676	0,682	0,685	0,691	0,695	0,702	0,71	0,716	0,721	0,725	0,728	0,733	0,74	0,744	0,743	0,75	0,755	0,756	0,758	0,765	0,773	0,78	0,785	
Paraguai	0,58	0,585	0,589	0,596	0,6	0,606	0,613	0,618	0,622	0,625	0,624	0,632	0,642	0,639	0,646	0,648	0,649	0,654	0,663	0,664	0,675	0,679	0,679	0,688	0,692	
Peru	0,613	0,616	0,616	0,621	0,632	0,642	0,647	0,654	0,664	0,674	0,677	0,686	0,686	0,685	0,692	0,693	0,696	0,7	0,706	0,708	0,721	0,725	0,731	0,735	0,737	
República Dominicana	0,596	0,601	0,61	0,617	0,622	0,628	0,634	0,64	0,645	0,651	0,656	0,66	0,665	0,666	0,668	0,677	0,685	0,692	0,695	0,697	0,703	0,706	0,709	0,712	0,718	
Saint Kitts e Nevis																						0,741	0,746	0,749	0,756	0,762
São Vicente e Granadinas											0,673	0,677	0,682	0,689	0,692	0,695	0,702	0,704	0,709	0,711	0,712	0,713	0,717	0,72	0,72	
Santa Lúcia											0,684	0,681	0,684	0,686	0,689	0,694	0,707	0,71	0,717	0,724	0,733	0,735	0,734	0,723	0,735	
Suriname																0,672	0,678	0,684	0,691	0,696	0,7	0,704	0,708	0,719	0,722	0,723
Trinidade e Tobago	0,67	0,671	0,671	0,673	0,677	0,682	0,688	0,696	0,703	0,709	0,715	0,721	0,728	0,736	0,745	0,751	0,76	0,767	0,773	0,772	0,774	0,772	0,773	0,778	0,779	
Uruguai	0,692	0,697	0,7	0,703	0,709	0,711	0,717	0,727	0,735	0,738	0,742	0,746	0,747	0,75	0,753	0,756	0,76	0,77	0,774	0,777	0,78	0,784	0,788	0,791	0,794	
Venezuela	0,634	0,644	0,65	0,653	0,654	0,658	0,66	0,664	0,667	0,67	0,672	0,684	0,688	0,687	0,7	0,714	0,728	0,745	0,764	0,754	0,756	0,767	0,77	0,771	0,763	

Fonte: Elaborado com base nos dados do *World Development Indicators – WDI*.

O padrão de distribuição dos dados, conforme disposto no Quadro 2, alvitra que, prevalentemente, as variáveis investigadas apresentam distribuição normal²². Todavia duas séries evidenciam comportamento não-gaussiano; ou seja, aparentemente, alguns países, mais especificamente a República da Guatemala e a República Bolivariana da Venezuela, experimentaram uma mudança mais disruptiva nos atributos avaliados pelo IDH. Na prática, considerando que todos os valores encontrados para os países que compõe a amostra são crescentes no tempo²³, significa dizer que Guatemala e Venezuela sofreram recente processo de aceleração no desenvolvimento humano; todavia, não necessariamente atingindo patamares elevados, quando comparados com outros países da América Latina e Caribe. Em todos os outros países analisados, o aumento do IDH é gradual e menos acentuado no tempo.

²² Formalmente, um resultado não significativo ($p > 0,05$) sugere normalidade. Contrariamente, valores inferiores a esse patamar, sugerem que a hipótese de normalidade foi invalidada (FIGUEIREDO FILHO, 2009).

²³ Exceções são Cuba, Bahamas, Antígua e Barbuda e Venezuela que apresentam valores decrescentes nos últimos 5 anos.

Quadro 2. Teste de Normalidade para valores de IDH nos países da América Latina e Caribe

País	Estatística Z	Valor-p	Distribuição
Argentina	0,888	0,345	Distribuição normal
Barbados	0,86	0,228	Distribuição normal
Belize	0,852	0,201	Distribuição normal
Bolívia	0,984	0,957	Distribuição normal
Brasil	0,943	0,689	Distribuição normal
Chile	0,954	0,767	Distribuição normal
Colômbia	0,971	0,883	Distribuição normal
Costa Rica	0,991	0,985	Distribuição normal
Cuba	0,838	0,159	Distribuição normal
El Salvador	0,925	0,563	Distribuição normal
Equador	0,926	0,57	Distribuição normal
Guatemala	0,771	0,046	Distribuição não-normal
Guiana	0,957	0,788	Distribuição normal
Haiti	0,959	0,802	Distribuição normal
Honduras	0,93	0,593	Distribuição normal
Jamaica	0,942	0,679	Distribuição normal
México	0,967	0,859	Distribuição normal
Nicarágua	0,984	0,957	Distribuição normal
Panamá	0,971	0,884	Distribuição normal
Paraguai	0,902	0,421	Distribuição normal
Peru	0,942	0,677	Distribuição normal
Rep. Dominicana	0,979	0,928	Distribuição normal
Trinidad e Tobago	0,885	0,332	Distribuição normal
Uruguai	0,981	0,941	Distribuição normal
Venezuela	0,766	0,042	Distribuição não-normal

Fonte: Elaborado com base nos dados do *World Development Indicators – WDI*.

Alternativamente, o desvio-padrão das séries, apresentado no Quadro 3, sugere que países como Cuba, El Salvador, Guatemala, Nicarágua e Venezuela, ao longo do horizonte de análise, apresentam uma maior dispersão do conjunto de dados. Em tese, esses países conseguiram elevar proporcionalmente muito mais seus IDHs quando comparados a outros países. Mais uma vez, isso não significa que estes IDHs saltaram para níveis considerados altos. Vale notar que Cuba e Venezuela já atingiram, em um passado recente, valores de IDH relativamente elevados para região, apresentando, respectivamente o 5º e 7º maiores IDHs da América Latina e Caribe.

Quadro 3. Estatísticas descritivas para valores de IDH nos países da América Latina e Caribe

Países	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio-padrão
Argentina	0,7050	0,8260	0,770600	0,8230	0,0374744
Barbados	0,7140	0,7940	0,754080	0,7920	0,0265407
Belize	0,6480	0,7060	0,680640	0,7050	0,0204407
Bolívia	0,5350	0,6710	0,608200	0,6610	0,0402358
Brasil	0,6110	0,7540	0,684880	0,7340	0,0406503
Chile	0,7000	0,8450	0,773360	0,8310	0,0450045
Colômbia	0,5920	0,7240	0,659600	0,7120	0,0382666
Costa Rica	0,6530	0,7750	0,715360	0,7620	0,0355854
Cuba	0,6520	0,7840	0,714040	0,7730	0,0497715
Equador	0,6430	0,7390	0,683920	0,6750	0,0274847
El Salvador	0,5290	0,6780	0,620040	0,7250	0,0476519
Guatemala	0,4780	0,6370	0,554960	0,6140	0,0472991
Guiana	0,5370	0,6380	0,602360	0,6330	0,0286340
Haiti	0,4050	0,4900	0,446120	0,4830	0,0259893
Honduras	0,5070	0,6230	0,567040	0,6140	0,0376004
Jamaica	0,6510	0,7290	0,694240	0,7270	0,0255837
México	0,6480	0,7580	0,706640	0,7530	0,0353316
Nicarágua	0,4950	0,6420	0,572640	0,6300	0,0477545
Panamá	0,6620	0,7850	0,725760	0,7730	0,0359018
Paraguai	0,5800	0,6920	0,636320	0,6790	0,0331810
Peru	0,6130	0,7370	0,678280	0,7310	0,0392689
República Dominicana	0,5960	0,7180	0,662120	0,7090	0,0369519
Trinidad e Tobago	0,6700	0,7790	0,727400	0,7740	0,0408197
Uruguai	0,6920	0,7940	0,745640	0,7880	0,0320493
Venezuela	0,6340	0,7710	0,700520	0,7690	0,0472036

Fonte: Elaborado com base nos dados do *World Development Indicators – WDI*.

3.2 Relação PIB *per capita* e IDH: ‘juntos até certo ponto’

Por outro lado, ao recorrer-se ao teste do Coeficiente de Correlação de Pearson, a fim de averiguar a intensidade da relação entre o PIB *Per Capita* e o IDH nos países, foram encontradas correlações significativas, conforme disposto no Quadro 4.

Quadro 4. Teste de Correlação de Pearson para valores de IDH nos países da América Latina e Caribe

Países	<i>Pearson Correlation</i> (1990 -2010)	<i>Sig. (2-tailed)</i>	<i>Pearson Correlation</i> (2011 -2014)	<i>Sig. (2-tailed)</i>
Argentina	0,769**	0,000	-0,702**	0,298
Barbados	0,925**	0,000	-0,753**	0,247
Belize	0,976**	0,000	0,728**	0,272
Bolívia	0,943**	0,000	0,993**	0,007
Brasil	0,886**	0,000	0,922**	0,078
Chile	0,980**	0,000	0,965**	0,035
Colômbia	0,906**	0,000	0,988**	0,012
Costa Rica	0,979**	0,000	0,960**	0,400
Cuba	0,963**	0,000	-0,862	0,138
Ecuador	0,883**	0,000	0,986**	0,014
El Salvador	0,996**	0,000	0,967**	0,330
Guiana	0,944**	0,000	1,000**	0,000
Haiti	-0,765**	0,000	0,974**	0,026
Honduras	0,903**	0,000	0,875**	0,125
Jamaica	0,720**	0,000	-0,525**	0,475
México	0,909**	0,000	0,992**	0,080
Nicarágua	0,965**	0,000	0,993**	0,007
Panamá	0,909**	0,000	0,998**	0,002
Paraguai	0,387**	0,083	0,989**	0,011
Peru	0,902**	0,000	0,996**	0,004
República Dominicana	0,987**	0,000	0,991**	0,009
Trinidad y Tabago	0,988**	0,000	0,564**	0,436
Uruguai	0,816**	0,000	0,993**	0,007

** . A correlação é significativa ao nível de 0.01 (bilateral)

Fonte: Elaborado com base nos dados do *World Development Indicators – WDI*.

Inicialmente esclarece-se que o Índice de Desenvolvimento Humano é resultante da média aritmética de indicadores de educação, longevidade e renda. No caso específico da dimensão relativa a renda do IDH, durante o período de 1990 a 2010, a metodologia adotada pelo PNUD utilizava como referência o quociente do Produto Interno Bruto dos países pelo número da população, ou seja, o PIB *per capita*. Logo, era presumível a existência de correlação entre as variáveis neste período. Posteriormente, por considerar o uso do PIB *per capita* inadequado, uma vez que nem toda a renda gerada pela produção dentro da área geográfica de referência é apropriada pela população residente nela, a determinação do indicador renda sofreu ajustes, passando a considerar a Renda Nacional Bruta *per capita*. Em outras palavras, foi excluído do somatório dos bens e serviços finais produzidos dentro da fronteira dos países, em

dado período, a renda enviada ao exterior; ao mesmo tempo, foi acrescida a renda recebida do exterior.

Em complemento, o teste evidencia a existência de forte relação linear positiva, entre as variáveis, para 91,30% dos países investigados. A saber: Argentina, Uruguai, Equador, Brasil, Peru, Honduras, Colômbia, México, Panamá, Barbados, Bolívia, Guiana, Nicarágua, Belice, Costa Rica, Chile, República Dominicana, Trinidad y Tabago, El Salvador e Jamaica. Alguns países manifestaram correlação forte negativa, como é o caso do Haiti; bem como, correlação positiva fraca, caso do Paraguai, no mesmo íterim.

Entretanto após 2010, quando o IDH avançou metodologicamente na mensuração dos ganhos percebidos pelos agentes, em cada localidade, notam-se diferenças significativas no relacionamento das variáveis, conforme evidenciado no Quadro 3.

Particularmente, a escala de correlação de Pearson, sugeria, inicialmente, uma forte relação positiva entre as variáveis pertinentes a Argentina, Barbados, Cuba e Jamaica. Após as mudanças metodológicas supracitadas, foi evidenciada uma relação linear inversa entre a PIB *per capita* e o Índice de Desenvolvimento Humano. Estes três países apresentaram PIB *per capita* decrescentes no período, em contraste com valores de crescimento baixos, porém positivos, no IDH. Este achado pode sugerir que a queda na produção econômica de um país, pode não refletir imediatamente na diminuição da qualidade de vida, quando esta é avaliada a partir do IDH.

Nos casos opostos, particularmente Trinidad y Tabago, Belize e Honduras, onde houve crescimento no PIB *per capita*, em contraste com valores quase constantes de IDH no mesmo período, pode-se inferir que, em determinadas condições, o aumento da produção nacional não consegue ‘alavancar’, imediatamente, melhorias no bem-estar social avaliado pelo IDH.

Ao mesmo tempo, foi observado, durante o período de 2011 a 2014, um enfraquecimento no relacionamento entre as variáveis para o Chile, Belize, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Trinidad y Tabago. Formalmente, a mudança de comportamento faculta o entendimento que o crescimento do produto não se distribuía uniformemente, através destas sociedades. Particularmente, chama a atenção o caso de Trinidad y Tabago; em que, a princípio, os resultados sugeriam um alto grau de dependência estatística linear²⁴, todavia, após 2010, a força da relação caiu para moderada.

Por outro lado, no Uruguai, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, a relação entre as variáveis intensificou-se.

²⁴ Considerando que a magnitude do coeficiente se aproximava de 1.

Logo se esquadrinha que tais evidências podem ser oriundas de um acúmulo de reservas em todo o período analisado; todavia, também se assume a possibilidade do comportamento distinto ser causado por saldos superavitários das transações destes países com o resto do mundo, no intervalo de 2011 a 2014.

Distintamente no Haiti, em que a escala métrica de correlação de Pearson indicava uma forte correlação negativa entre o PIB *Per Capita* e o IDH, o novo teste passou a sugerir uma forte correlação positiva. Similarmente, no Paraguai, em que havia sido evidenciado uma relação positiva fraca, entre as variáveis, também foi observado, posteriormente, a intensificação do relacionamento a níveis fortes e positivos. Neste sentido especula-se que os fluxos de valores econômicos entre residentes e não residentes nestes países, podem ter sido responsáveis pelos impactos positivos a estas nações, no intervalo de 2011 a 2014.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a contribuir com as discussões sobre as limitações e avanços do desenvolvimento na América Latina, a partir de uma abordagem macro. Do ponto de vista prático, a realização do trabalho justifica-se pela demanda social, acadêmica e programática por espaços de análise; com vistas a auxiliar a reflexão sobre as demandas da região.

Os resultados obtidos evidenciam déficits de informação estatística em alguns países. Tais fragilidades permitem realizar apenas análises parciais, com alcance limitado. Ao mesmo tempo, subtende-se que o desconhecimento parcial de algumas realidades desafia a implementação de um possível índice regional de desenvolvimento; em função da necessidade de inúmeros ajustes e ponderações, que poderiam furtar a representatividade necessária. Logo alguns indicadores têm a sua aplicabilidade restrita a função de indicadores sistêmicos.

Por outro lado, a evidência de processos não estáveis de desenvolvimento, obstrui a possibilidade de realizar inferências homogêneas sobre a região. Pois é presumível a perda de precisão de um hipotético índice latino-americano, em países que a distribuição da probabilidade seja desconhecida. Alternativamente, a aplicação de procedimentos de transformação dos dados, para remoção dos efeitos da não normalidade, poderia ocasionar a perda de robustez. Acrescenta-se ao exposto, que as heterogeneidades regionais podem ser um entrave para adoção de qualquer indicador comum.

Alternativamente, o desvio-padrão das séries, insinua que, países com maiores restrições à ampliação das liberdades humanas, apresentam um comportamento menos homogêneo, em termos de desenvolvimento. Similarmente, localidades que auferiram menores níveis de bem-estar individual e coletivo, resultante das chances de escolha, legitimadas pelos processos de decisão pública, também enunciam índices menos condensados à média, ao longo do horizonte de análise.

Chama a atenção, a mudança de paradigmas na relação entre o PIB *Per Capita* e o IDH, em alguns países, após a substituição do PIB *Per Capita* pela Renda Nacional Bruta, no cálculo da dimensão renda do IDH. Em outras palavras, os resultados obtidos no estudo sugerem que as políticas de desenvolvimento, adotadas em algumas localidades, centradas, essencialmente, no crescimento econômico, favoreceram mais outras nações; pois as últimas estavam, aparentemente, mais habilitadas a usufruir do alargamento das oportunidades oferecidas na região.

Todavia também foi possível evidenciar localidades em que a relação entre as variáveis se intensificou, após a mudança metodológica supracitada. O que insinua que em alguns países, a expansão econômica favoreceu o total líquido dos rendimentos recebidos pelos residentes.

Em síntese, a multiplicidade de inferências sobre o desenvolvimento na região não permite conceber, em termos homogêneos, um indicador de exercício qualificado de liberdade comum à América Latina. Pois, os contrastes e desigualdades que caracterizam as trajetórias de desenvolvimento investigadas, furtam a possibilidade de uma referência comum ao nível de desenvolvimento regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação buscou refletir sobre as problemáticas relacionadas as políticas de desenvolvimento na América Latina. À primeira vista, o grande desafio em mensurá-lo na região não está na falta de dados confiáveis e relativamente precisos; ao mesmo tempo, as dificuldades evidenciadas de operacionalização do conceito, também se distanciam do discurso sobre a característica multidisciplinar que a noção recebe.

Alternativamente, os resultados obtidos no estudo sugerem como desafios à aferição do desenvolvimento na região, as mudanças ideológicas na administração pública. Pois tais oscilações, aparentemente, comprometem a autonomia dos organismos estatísticos oficiais. Como consequência dessa intervenção, foram observados marcos institucionais débeis que geraram uma orientação minimalista no retratamento dos fenômenos sociais. Isto é, em corolário, os organismos estatísticos podem oferecer medidas pouco sensíveis à transformação social e seus determinantes, tendo a sua justificativa existencial restrita ao discurso.

Mesmo reconhecendo suas limitações, os indicadores existentes revelam que apesar de alguns progressos, as liberdades humanas não avançam em todas as frentes na América Latina e no Caribe. Alternativamente, a região encontra inúmeras dificuldades para exercer satisfatória e conjuntamente a articulação de políticas que viabilizem seu desenvolvimento. Neste contexto, chama a atenção as políticas “desenvolvimentistas” observadas em alguns países; pois as mesmas, teoricamente, beneficiam apenas “franjas” da sociedade. Dito de outra forma, é como se fossem estratégias pensadas para outros povos, lugares, culturas, países.

Entretanto, em uma dissertação somente não é possível esgotar esses diversos elementos que poderiam servir de matéria para a construção de diversos objetos de estudo. Logo se sugere para trabalhos futuros, o aprofundamento nas discussões sobre os espaços de relações simbólicas, estruturais e de poder que cercam as trajetórias de desenvolvimento investigadas; face a relevância do fortalecimento do campo, mediante a necessidade, ainda pertinente, de remoção das privações e alargamento das liberdades na América Latina.

REFERÊNCIAS

- ALDRICH, John. Correlations Genuine and Spurious in Pearson and Yule. *Statistical Science*, p. 364-376, 1995.
- ALESSANDRO, Martín. La economía política de la capacidad estadística: una aproximación práctica. Inter-American Development Bank, 2017.
- ANAND, Sudhir; SEN, Amartya. Human Development Index: Methodology and Measurement. 1994.
- AVARO, Dante. Democracia y desacuerdos fácticos: ¿ procesarlos o eliminarlos? Una aproximación desde el „acontecimiento INDEC“. *Andamios*, v. 13, n. 30, p. 63-81, 2016.
- BECCARIA, L. Capacidad estadística: una propuesta para su medición y aproximación práctica. Washington, DC: BID, 2017.
- BELLEN, Hans Michael Van. Aplicação de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável como Sistema de Apoio à Decisão: Uma Reflexão sobre suas Possibilidades e Limitações. *Anais do XXVIII EnANPAD*. Curitiba. 2004b.
- BELLEN, Hans Michael Van. Indicadores de sustentabilidade: um levantamento dos principais sistemas de avaliação. *Cadernos eBAPE*. Br, v. 2, n. 1, p. 01-14, 2004a.
- BERSCH, Katherine; PRAÇA, Sérgio; TAYLOR, Matthew M. Bureaucratic capacity and political autonomy within national states: mapping the archipelago of excellence in Brazil. *States in the developing world*, p. 157-183, 2017.
- BOULANGER, Paul-Marie. Les indicateurs de développement durable: un défi scientifique, un enjeu démocratique. *Les séminaires de l'Iddri*, v. 12, p. 24, 2004.
- BOYLAN, Delia M. Preemptive Strike: Central Bank Reform in Chile's Transition from Authoritarian Rule. *Comparative Politics*, p. 443-462, 1998.
- COBO, Barbara; SABÓIA, Ana Lúcia. Uma contribuição para a discussão sobre a construção de indicadores para implementação e acompanhamento de políticas públicas. *Anais*, p. 1-16, 2016.
- CORVALÁN, Ana María. Desarrollo de indicadores en educación en América Latina y el Caribe. En: *Sexto Taller Regional sobre Indicadores sobre el Desarrollo Social-LC/R*. 2046-2000-p. 147-160, 2000.
- COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. Rio de Janeiro: FGV, set./out, 2003.
- CUESTA, Eduardo Martín. El Costo de Nivel de Vida en la Capital Federal de 1963 y los cambios de paradigmas estadísticos en Argentina. 2016.
- CHUAIRE, M., C. SCARTASCINI E M. TOMASSI. State Capacity and the Quality of Policies: Revisiting the Relationship between Openness and the Size of Government. Documento de Trabalho Núm. IDB-WP-553. Washington, D.C.: BID. 2014.
- DA CUNHA, Carla Giane Soares. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. *Revista Estudos de Planejamento*, n. 12, 2018.
- DARGENT, Eduardo et al. La economía política de la capacidad estadística en América

- Latina: ¿A quién le importa saber?. Inter-American Development Bank, 2018.
- DARGENT, Eduardo. Determinantes internacionales de la capacidad de las agencias estatales. *Apuntes*, v. 41, n. 74, p. 9-40, 2014.
- DEMO, Pedro. *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas, 1995.
- DOMINGUES, Ivan. *Epistemologia das ciências humanas*. São Paulo: Loyola, 1995.
- EVANS, Peter; HAGGARD, S.; KAUFMAN, R. The state as problem and solution: predation, embedded autonomy, and structural change. En: S. Haggard y R. Kaufman (eds.), *The Politics of Economic Adjustment: International Constraints, Distributive Politics, and the State*. Princeton, NJ: Princeton University Press 1992.
- FERNANDES, A. P. R.; MAKISHI, F. Desafios à construção de um Índice Regional de Desenvolvimento Humano para a América Latina e o Caribe. In: VIII Seminário de Iniciação Científica do IFNMG, 2019, Pirapora. *Anais do 8º Seminário de Iniciação Científica do IFNMG*, 2019.
- FERNANDES, A. P. R.; MAKISHI, F. Desenvolvimento regional na América Latina: uma análise comparada de indicadores no contexto do MERCOSUL. In: XXVI Jornada de Jovens Investigadores, 2018, Mendoza. *Libro de Resúmenes - AUGM - UNCuyo*, 2018. v. 1.
- FERREIRA, Sinésio Pires. Produção e disponibilização de estatísticas: uma abordagem institucional. *São Paulo em Perspectiva*, v. 17, n. 3-4, p. 17-25, 2003.
- FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; DA SILVA JÚNIOR, José Alexandre. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). *Revista Política Hoje*, v. 18, n. 1, p. 115, 2009.
- FRASER, Evan DG et al. Bottom up and top down: Analysis of participatory processes for sustainability indicator identification as a pathway to community empowerment and sustainable environmental management. *Journal of environmental management*, v. 78, n. 2, p. 114-127, 2006.
- GALLOPIN, Gilberto C. Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators. A systems approach. *Environmental modeling & assessment*, v. 1, n. 3, p. 101-117, 1996.
- G EDDES, Barbara. Building "state" autonomy in Brazil, 1930-1964. *Comparative Politics*, v. 22, n. 2, p. 217-235, 1990.
- GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar*. Editora Record, 2004.
- GRAHAM, C., GRINDLE, M.; LORA, E.; WALLACK, J. S. *Improving the odds: Political strategies for institutional reform in Latin America*. Inter-American Development Bank, 1999.
- GRIFFIN, Keith. *Desarrollo humano: origen, evolución e impacto*. Ensayos sobre el desarrollo humano, p. 25-40, 2001.
- GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; MARTINO JANNUZZI, Paulo. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades. *Anais*, p. 1-18, 2016.
- GUIMARÃES, Roberto P.; FEICHAS, Susana A. Q. Desafios na Construção de Indicadores de Sustentabilidade. *Ambiente & Sociedade*, v. 12, n. 2, 2009.
- HAIG, Brian D. "Spurious correlation", in N. J. Salkind (ed.), *Encyclopedia of Measurement*

- and Statistics, Thousand Oaks, Sage. 2007.
- HAMMOND, Allen; WORLD RESOURCES INSTITUTE. Environmental indicators: a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development. Washington, DC: World Resources Institute, 1995.
- HARTLAPP, Miriam; FALKNER, Gerda. Problems of operationalization and data in EU compliance research. *European Union Politics*, v. 10, n. 2, p. 281-304, 2009.
- HEAD, Brian. Evidence-based policy: principles and requirements. *Strengthening evidence-based policy in the Australian Federation*, v. 1, n. 1, p. 13-26, 2010.
- HODDINOTT, John. Agriculture, health, and nutrition: toward conceptualizing the linkages. *Reshaping agriculture for nutrition and health*, p. 13-20, 2012.
- HOPKINS, Michael. Human development revisited: A new UNDP report. *World Development*, v. 19, n. 10, p. 1469-1473, 1991.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Relatório de Gestão do exercício 2018. Ministério da Economia. Rio de Janeiro, 2019.
- IGNÁCIO, Sergio Aparecido. Importância da estatística para o processo de conhecimento e tomada de decisão. *Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD*, n. 118, p. 175-192, 2012.
- ISOLA, Nicolás José. El envilecimiento de las cifras. Una mirada moderna sobre el INDEC y los Operativos Nacionales de Evaluación en la Argentina en el siglo XXI. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 22, n. 83, 2014.
- JANNUZZI, P. M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001.
- KEYNES, John Maynard. *The general theory of employment, interest, and money*. Springer, 2018 [1936].
- KITSUSE, John I.; CICOUREL, Aaron V. A note on the uses of official statistics. *Soc. Probs.*, v. 11, p. 131, 1963.
- KLIKSBERG, Bernardo. Inequidad en América Latina: un tema clave. *Política Social: exclusión y equidad en Venezuela en los noventa*. Caracas: Nueva Sociedad, 1999.
- KOZAK, Marcin. What is strong correlation?. *Teaching Statistics*, v. 31, n. 3, p. 85-86, 2009.
- KURTZ, Marcus J. *Latin American state building in comparative perspective: Social foundations of institutional order*. Cambridge University Press, 2013.
- LAFER, Betty Mindlin. O conceito de planejamento. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, p. 07-28, 1997.
- LAZARFELD, Paul F. Evidence and inference in social research. *Daedalus*, v. 87, n. 4, p. 99-130, 1958.
- LEOTTI, Vanessa Bielefeldt; COSTER, Rodrigo; RIBOLDI, João. Normalidade de variáveis: métodos de verificação e comparação de alguns testes não-paramétricos por simulação. *Revista HCPA*. Porto Alegre. Vol. 32, no. 2 (2012), p. 227-234, 2012.
- LINDENBOIM, Javier. Acerca de las estadísticas poblacionales de Argentina. *Dos puntas*, n. 11, p. 15-32, 2015.
- LINDENBOIM, Javier. Las estadísticas oficiales en Argentina: ¿Herramientas u obstáculos

- para las ciencias sociales?. Trabajo y sociedad: Indagaciones sobre el empleo, la cultura y las prácticas políticas en sociedades segmentadas, n. 16, p. 2-20, 2011.
- MARTÍNEZ, Giraldo Llano; MATEO, Ileana Dopico; REYES, Esther Suros. La evaluación del impacto en los procesos de acreditación. Variables e indicadores. Pedagogía Universitaria, v. 16, n. 1, 2011.
- MCGILLIVRAY, Mark. The human development index: yet another redundant composite development indicator?. World Development, v. 19, n. 10, p. 1461- 1468, 1991.
- MINAYO, Maria Cecilia de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (Brasil); INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Relatório de Gestão 2015. Rio de Janeiro: 2016.
- MULLER, Pierre; SUREL, Yves. A análise das políticas públicas. 2ª edição. Pelotas, Educat, 2010.
- NOHLEN, Dieter; NUSCHELER, Franz. Was heißt Entwicklung. Handbuch der Dritten Welt, v. 1, p. 60-82, 1993.
- PIZARRO, Andrés. Análisis crítico de la medición de la pobreza en la Argentina: cambios en la metodología oficial del Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC). Cartografías del Sur. Revista de Ciencias, Artes y Tecnología, n. 5, 2017.
- PNUD-ARGENTINA. Informe nacional sobre desarrollo humano 2017. Información para el desarrollo sostenible: Argentina y la Agenda 2030. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2017.
- PNUD-URUGUAY. Desarrollo Humano en Uruguay 2008. Política, políticas y desarrollo humano. 2008.
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. Revista brasileira de economia, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949.
- REZENDE, Maria José de. Os Relatórios Regionais do Desenvolvimento Humano para a América Latina e as Ambiguidades Presentes nos seus Diagnósticos e Prescrições. Revista TOMO, 2017.
- ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?: afinal, de que se trata?. FGV Editora, 2003.
- SAYLOR, Ryan. State Building in Boom Times: Commodities and Coalitions in Latin America and Africa. Oxford University Press, 2014.
- SCARTASCINI, Carlos; STEIN, Ernesto; TOMMASI, Mariano. Political institutions, state capabilities and public policy: international evidence. Inter-American Development Bank Research Department Working Paper, n. 661, 2008.
- SCOTT, C. Measuring Up to the Measurement Problem: The Role of Statistics in Evidence-based Policymaking. London: London School of Economics. 2005.
- SCHWARTZMAN, Simon. Legitimidade, controvérsias e traduções em estatísticas públicas. Teoria & Sociedade, v. 2, p. 9-38, 1996.
- SELL, Carlos Eduardo. Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber. Editora Vozes Limitada, 2009.

- SEN, Amartya. A ideia de justiça. Editora Companhia das Letras, 2009.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Editora Companhia das Letras, 2000.
- SENRA, Nelson et al. História das estatísticas brasileiras. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2006.
- SHAPIRO, Samuel Sanford; WILK, Martin B. An analysis of variance test for normality (complete samples). *Biometrika*, v. 52, n. 3/4, p. 591-611, 1965.
- SHARPE, Andrew et al. Literature review of frameworks for macro-indicators. Ottawa:Centre for the Study of Living Standards, 2004.
- SOIFER, Hillel David. State Building in Latin America. Cambridge University Press, 2015.
- STEIN, Ernesto; TOMMASI, Mariano. The institutional determinants of state capabilities in Latin America. Trabalho apresentado no Annual World Bank Conference on Development Economics. Washington, D.C.: BID. 2006.
- TANUS, Gabrielle Francinne de S.C. Saberes científicos da Biblioteconomia em diálogo com as Ciências Sociais e Humanas. 2016. 233f. Tese (doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.
- TAYLOR, Matthew. The political economy of statistical capacity: A theoretical approach. Inter-American Development Bank, 2016.
- TEXIDOR, Silvia; LORENZO, Romina. Experiencia en la busqueda de datos estadísticos sobre bibliotecas de la Republica Argentina. IFLA publications, p. 43-54, 2009.
- TOYOSHIMA, Silvia H.; FERNANDES, Elaine Aparecida. Série Visão - Desigualdade, pobreza e meio ambiente. 1. ed. Viçosa: Editora da Universidade Federal de Viçosa, 2012. v. 1. 183p .
- VAN BELLEN, Hans Michael. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. FGV editora, 2005.
- VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável. Valor Econômico, 2015.
- VILA NOVA, Sebastião. Quantas Sociologias? Ciências, humanidades e letras, Pernambuco, ano 3, número especial, 1999.
- VIÑALES, Ana Teresa Rojas. La economía paraguaya que crece y que excluye: Implicancias para el Mercado Laboral. *Población y Desarrollo*, n. 42, p. 23-35, 2016.

ANEXO A - Carta de aceite da Universidad Nacional del Sur



Universidad Nacional del Sur
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFÍA Y TURISMO



Bahía Blanca, 13 de abril de 2018

Estimados colegas

El motivo de la presente es avalar la solicitud de la estudiante Ana Palloma Rocha Fernandes - CRA-MG 01-061439/D para realizar una pasantía de formación y de investigación en el Departamento de Geografía y Turismo de la Universidad Nacional del Sur (UNS), en el marco del programa ESCALA de la AUGM, entre los días 7 al 19 de mayo del presente año, y con el apoyo del Profesor Dr. Marcelo Sili.

Stella M. Visciarelli
Directora Decana
Depto de Geografía y Turismo/UNS